

Maria Luíza Heine



IME

O sonho de Eusíbio Lavigne

editions
Editora da UESC

MARIA LUIZA HEINE

IME: O sonho de Eusínio Lavigne
1939/1999 - 60 anos de História

Ilhéus - Bahia
1999

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45650-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (073) 680-5028 - Fax (073) 689-2195
<http://www.uesc.br> e-mail: editus@jacaranda.uesc.br

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

CÉSAR BORGES - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ERALDO TINOCO MELO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

RENÉE ALBAGLI NOGUEIRA - REITORA

MARGARIDA CORDEIRO FAHEL - VICE-REITORA

EDITUS - EDITORA DA UESC

MARIA LUIZA NORA - DIRETORA

PROJETO GRÁFICO:

ADRIANO LEMOS

CAPA:

CRISTIANO MAIA

EQUIPE EDITUS

COORD. DE ARTE-FINAL: GEORGE PELLEGRINI; DESIGN GRÁFICO: ADRIANO LEMOS; COORD. DE DIAGRAMAÇÃO: CRISTIANO MAIA; SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO: MARIA SCHAUN; REVISÃO: MARIA LUIZA NORA; COORD. DE POLÍTICA EDITORIAL: JORGE MORENO

H 468 Heine, Maria Luiza
IME: O sonho de Eusínio Lavigne 1939-1999: 60 anos de história / Maria Luiza Heine: Editus, 2000
136 p.il.
1. Instituto Municipal Eusínio Lavigne - História - Ilhéus
2. Educação - História - Ilhéus I. Título.

CDD 370.981425

AGRADECIMENTOS

À Secretaria de Educação de Ilhéus na pessoa da secretária prof. Dinalva Melo, ao prefeito de Ilhéus, prof. Jabes Ribeiro, à Digníssima Reitora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), prof. Renée Albagli Nogueira, pelo apoio fundamental, sem o qual esta obra não teria sido realizada.

Aos entrevistados: prof. Leopoldo de Campos Monteiro, sra. Lourdes e sr. Walter Mônaco Conceição, prof. Carlos Roberto Arléo Barbosa, prof. Eliana Oliveira de Sabóia Ribeiro, dr. José Léo Lavigne, Raimundo Sá Barreto e sra. Lidia Dias (filha de Heitor Dias), pela riqueza das informações e pelo espírito de colaboração.

À amiga e mestra Marli Geralda Teixeira e Ana Virgínia Heine, minha irmã, pela paciência na leitura e correção do texto.

Dedico este trabalho à memória de: Sílvia Pitágoras, Valdelice Pinheiro e Ari Heine (meu pai) pelo incentivo que nunca me negaram.

*...e às paixões da minha vida, Tina, Lu
e à pequena Luiza, minha neta.*

SUMÁRIO

Apresentação	7
Introdução	9
Parte 1 - Memória e História	
Cap. I - A Educação no Brasil	21
Cap. II - A Educação na Capitania de S. Jorge dos Ilhéus	41
Cap. III - O sonho de Eusínio Lavigne	49
Parte 2 - Biografias e Documentos	
1- O idealizador - Eusínio Lavigne	85
2- O realizador - Mário Pessoa	88
3- O arquiteto - Lelio Landucci	91
4- O primeiro diretor - Heitor Dias	95
Conclusão	101
Bibliografia	103
ANEXOS	
Ata de Fundação	107
Lista de Diretores	110
Lista de Entrevistados	110
Documentos Diversos	111

APRESENTAÇÃO

Com o título de **IME: O Sonho de Eusínio Lavigne. 1939-1999. 60 anos de História**, a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Ilhéus em parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) entregam ao público um trabalho de relevância e qualidade. Escrito pela Profa. Maria Luiza Heine, especialista em História Regional, o livro inscreve-se na categoria de História Social de uma instituição, especificamente uma instituição educacional e, por isso mesmo, sintonizado com o objeto e os objetivos a que se destinam a Secretaria e a Universidade em apreço.

IME: O Sonho de Eusínio Lavigne remete o leitor para a década de 1930, quando a região cacauzeira e o município de Ilhéus em particular viviam uma fase de prosperidade, destacando-se no cenário econômico do Estado e reunindo todas as condições para ocupar uma posição de destaque político e social. Trata-se, além disso, de uma década extremamente complexa na política nacional e regional, na qual ocorreram episódios que alcançariam repercussão significativa no campo da educação. A estrutura de uma política centralizadora expressou-se na educação sob a égide da Constituição de 1934, que definiu diretrizes nacionais para a estrutura e organização do ensino no país e, posteriormente, as reformas impostas pelo Estado Novo, que incidiram nos diversos níveis do ensino.

O **IME** é concebido e concretizado nesse contexto. Buscava-se então o ensino de qualidade, o melhor que o município pudesse oferecer à sua população. Acompanhar os sonhos, as lutas e as inquietações que envolveram seus responsáveis é também reviver as relações sociais, os jo-

gos de poder e os mecanismos de conciliação disponíveis na sociedade local; identificar seus alunos, professores e funcionários é dar um passo importante no estudo da estratificação e das flutuações a que essa sociedade esteve sujeita nesses sessenta anos; estudar o **IME** é estudar Ilhéus e, por extensão, é compreender uma parte do que se convencionou chamar região cacauceira.

A Profa. Maria Luiza Heine em tempo curto e enfrentando todas as dificuldades que perseguem o pesquisador de história conseguiu elaborar um estudo de qualidade, no qual os testemunhos não se limitam aos registros escritos mas estendem-se aos depoimentos vivos de pessoas que passaram pelo **IME** na condição de professores, alunos ou funcionários, ampliando-se ainda com a documentação iconográfica e com perfis biográficos de seus mais marcantes personagens.

Esta é também a oportunidade de registrar o reconhecimento pelo interesse e sensibilidade demonstrados pelas duas instituições – UESC e Secretaria de Educação do Município, além da Direção do Instituto, dos que colaboraram com suas reminiscências e colocaram à disposição da Autora as lembranças que ainda dispunham para que o **IME : O Sonho de Eusínio Lavigne** se concretizasse nesse ano no qual completa seus 60 anos de fundação.

Ilhéus, março de 1999
*Marli Geralda Teixeira**

*A Profa. Marli Geralda Teixeira é Profa. Dra. em História da UFBA e atualmente colabora com o Curso de Mestrado em Educação, Convênio UFBA/UESC.

INTRODUÇÃO

Foi no ano de 1978 que iniciamos nosso conhecimento do Instituto Municipal de Ensino Eusínio Lavigne, onde começamos a ensinar Filosofia. Naquela época ainda éramos estudante de Filosofia da então Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna, (FESPI), hoje Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), certamente um órgão que enche de orgulho a Região Sul da Bahia.

Em todo este tempo de trabalho nesta instituição séria e dedicada à educação secundária no município de Ilhéus, aprendemos a conhecê-la, a admirá-la, a estimá-la. O IME está completando sessenta anos de relevantes serviços prestados à comunidade ilheense. Foi então que surgiu em nosso pensamento a idéia de não deixar passar em branco esta data tão importante, afinal sessenta anos é o tempo de uma vida bem vivida. O Instituto Municipal de Ensino é uma instituição que tem recebido em seus bancos pessoas de todas as classes sociais. Assim é que pessoas simples tiveram a oportunidade de ascensão social através do conhecimento adquirido na instituição; pessoas consideradas importantes na escala social, também estudaram no IME e chegaram a lugares de destaque em nossa República.

Como alguém que dedica um bom tempo da vida ao registro da história desta terra, e tendo nos especializado em História Regional, já que gostamos de escrever, pensamos que poderíamos registrar no papel esta longa trajetória percorrida pelo primeiro ginásio público edificado na cidade de Ilhéus.

Nosso principal objetivo será o de registrar a história do IME, mas também queremos ressaltar sua importância no desenvolvimento educacional, não só da cidade de Ilhéus, mas de toda a região sul da Bahia.

Ilhéus começou a destacar-se no cenário das terras do Brasil, como Capitania Hereditária, logo nas primeiras décadas após a chegada dos portugueses. Foi um porto muito importante para Portugal, a vila que mais contribuía com riquezas para a metrópole, mas que depois caiu no marasmo. Seu verdadeiro apogeu aconteceu com o desenvolvimento da cultura do cacau, a partir do fim do século XIX, quando a renda gerada pelo município cresceu a ponto de atingir, nos anos 20, mais de 70% da renda do Estado da Bahia.

As primeiras plantações de cacau na Bahia datam aproximadamente de 1746, na Fazenda Cubículo, às margens do rio Pardo, na então Capitania de São Jorge dos Ilhéus (hoje município de Canavieiras). Estas plantações foram feitas pelo português Antonio Dias Ribeiro, com sementes trazidas do Pará pelo francês Louis Frederic Warneau.

As plantações de cacau tiveram, inicialmente, um caráter decorativo e quase fracassaram por causa da prosperidade da cana-de-açúcar. Ela só começou a se desenvolver realmente a partir de 1822 com a chegada de um grupo de imigrantes alemães, e nasceu ao lado dos engenhos de açúcar. Até a década de 80 do século XIX, o cacau foi explorado basicamente pelos alemães. A partir daí foi que os brasileiros que aqui residiam e, sobretudo os que fugiam da seca do Nordeste, se interessaram em disseminar esta cultura.

O cacau foi uma cultura que gerou muito dinheiro e as pessoas mais abastadas se preocupavam com o que era requintado, em andar na moda, em ser atual. As coisas em

Ilhéus, no período que vai do final do século passado até princípio dos anos 80, aconteciam dessa forma. Procurava-se o que havia de melhor. O professor Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, em sua dissertação de mestrado, apresenta o cardápio de um jantar oferecido pelo coronel Misael Tavares, em 1915, para comemorar a chegada do primeiro bispo de Ilhéus, todo em francês, no melhor requinte da comida francesa. O dinheiro em excesso trouxe, junto com ele, o gosto pelo sofisticado e pelo supérfluo.

Observando os monumentos de Ilhéus, podemos citar alguns como amostra deste apogeu. O Palácio Paranaguá, construído para abrigar a sede da Prefeitura Municipal, no começo do século, a sede da Associação Comercial, de 1911, o Palacete Misael Tavares e o Solar dos Pimentas, ambos construídos na década de 20. Os patrimônios do Instituto de Cacau da Bahia (ICB) e da CEPLAC, todo construído com dinheiro dos cacauicultores, o antigo porto, a Catedral de São Sebastião, inúmeras residências, como a do coronel João Amado, pai do nosso grande escritor, Jorge, que possui uma escada em mármore de carrara. A estátua de Sapho, em mármore de carrara, que segundo o depoimento de Sá Barreto é a única da América do Sul, comprada em 1908 pelo prefeito João Mangabeira, para enfeitar a praça da prefeitura. Nas residências, antigas, ou recentes, podemos ver as marcas do dinheiro do cacau. Mais recentemente, na década de 80, foi convidado pela Prefeitura, Roberto Burle Max, autor do projeto de urbanização e paisagismo do grande aterro do Flamengo, no Rio, para fazer a urbanização do aterro da avenida Soares Lopes, aqui em Ilhéus.

Foi neste cenário de desenvolvimento e glória que foi construído o Ginásio de Ilhéus. Em 1951 seu nome passou a ser Instituto Municipal de Educação, quando do início das

atividades do Curso Normal e em 1987 seu nome foi mudado para Instituto Municipal de Ensino Eusínio Lavigne, em homenagem àquele que o idealizou.

O ginásio municipal foi um sonho de Eusínio Lavigne, prefeito no período de 1930 a 1937, quando foi destituído do cargo por motivos políticos. Este sonho só pôde ser realizado dois anos depois, em 1939, pelo prefeito Mário Pessoa.

O primeiro diretor da instituição foi o advogado e professor de português, Dr. Heitor Dias, que mais tarde foi prefeito de Salvador e importante senador da República. O diretor atual é o professor Raimundo Manuel Santana Ferreira. Passaram pelos seus bancos pessoas que mais tarde se tornaram importantes no cenário municipal e estadual, como o ex-governador Paulo Souto, médicos, como José Moura Costa, advogados, como Soane Nazaré de Andrade, fundador da Faculdade de Direito de Ilhéus e da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna, e muitos outros que se não chegaram a ser famosos e a ter destaque na sociedade, puderam ter acesso ao conhecimento por causa da existência do Ginásio Municipal nesta cidade de São Jorge dos Ilhéus.

Em março de 1999 o Instituto Municipal de Ensino Eusínio Lavigne completou sessenta anos de serviços prestados à comunidade. Foi a primeira escola pública a oferecer o curso ginásial no interior da Bahia, atendendo à população que não podia pagar escola particular e merecer esta data comemorada de uma forma mais condizente com os serviços por ela prestados.

Não foram só as pessoas carentes que passaram pelos seus bancos, mas também os filhos dos cacauicultores que não queriam ou não podiam estudar em Salvador. Seus

professores foram os melhores que já passaram por Ilhéus, tendo sido criado, nos moldes do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro e do Colégio da Bahia, em Salvador, ambos colégios modelo.

Até a década de 90, foi a escola pública de Ilhéus que mais aprovou em vestibular. Por tudo isso e muito mais é que resolvemos escrever a história deste educandário que muito honra a nossa cidade e que tanto contribui para o seu desenvolvimento.

É da maior importância o papel desempenhado pelo Instituto Municipal de Ensino Eusínio Lavigne (IME) na educação e na vida da comunidade ilheense, não só nos dias de hoje, mas no decorrer de toda a sua história. Ele foi o primeiro ginásio público da região. As freiras ursulinas já haviam propiciado às mocinhas ilheenses, e às de toda a região, a oportunidade de completar o Curso Fundamental e de fazer o Curso Normal sem necessidade de ir para Salvador, quando, em 1917, construíram o Colégio Nossa Senhora da Piedade, que oferecia o ensino fundamental e o Curso Normal para as moças que pudessem pagar a escola; e mantinham a Escola Santa Ângela, com o ensino básico para meninas com situação financeira menos privilegiada. Mas os meninos, estes só poderiam seguir adiante nos seus estudos se fossem filhos de famílias abastadas, saindo cedo de casa, para estudar em Salvador ou em algum outro grande centro. Nos primeiros anos do século XX as condições de deslocamento das pessoas era bastante difícil, pois não havia estradas nem carros e o transporte era feito exclusivamente por navio. Na década de trinta foi que começou a ser implantado o transporte aéreo, em hidroavião, para os mais privilegiados.

Pessoas que viveram antes da existência do Ginásio, tiveram que sair de casa muito cedo, como Jorge Amado, por exemplo, que foi para Salvador aos doze anos de idade para poder cursar o ginásio. Com muitos outros aconteceu o mesmo. O Ginásio de Ilhéus representou uma luz na vida de toda uma comunidade que residia no sul da Bahia.

Para entender por que não havia uma escola local para a continuação dos estudos após o curso primário, precisamos conhecer um pouco da história da educação no Brasil, bem como a própria história da região cacaueira. A riqueza construída nesta região não veio de fora. Foram pessoas simples e pobres que buscaram a região sul da Bahia. Havia escassez de população. Não havia antes da implantação da cultura cacaueira nada que atraísse as pessoas para a ocupação das terras. Como consequência desse fator, o Governo Federal incentivou a sua ocupação, o que significa que havia vantagens para quem viesse. A cultura cacaueira foi o fator que motivou a incrível mudança na densidade populacional que ocorreu no final do século XIX e começo do século XX. Também vieram muitos nordestinos fugidos da seca, crendo que iriam encontrar um eldorado, porque o governo brasileiro fazia doações de terras devolutas e o mercado para venda de cacau estava em ascensão, oferecendo inúmeras vantagens.

No início, o trabalho era duro e feito por homens solteiros, ou que haviam deixado a família na terra de origem. Ilhéus era para enriquecer e voltar para casa. Isto no fim do século passado e nos primeiros anos deste século. O ensino fundamental contava com algumas escolas, como o de D. Guilhermina Sellmann, o colégio Coração de Jesus, o Ateneu Fernando Caldas e outros. (Macêdo, Janete e Ribeiro, André L.R. – Ilhéus: Tempo, Espaço e Cultura). Em

1915, o governo municipal construiu em Ilhéus o colégio General Osório, direcionado para o ensino fundamental. Foi quando a sociedade que se estabelecia começou a sentir necessidade de instrução, de conhecimento, do saber. Na ordem das necessidades então estabelecidas, primeiro veio a sobrevivência, depois o dinheiro, e só então o saber e o conhecimento.

As moças dificilmente conseguiriam permissão dos pais para seguir carreira universitária ou mesmo seguir adiante nos estudos. Os rapazes, estes sim, se quisessem seguir carreira de doutor, ou se sentissem que era necessário ir além das primeiras letras, a exemplo de Jorge Amado, por não possuírem uma escola em Ilhéus, partiriam para Salvador. Muito mais do que uma necessidade, o que existia era a vontade de comprovar uma mudança de status. Ir para a capital significava, para uma sociedade em formação, a possibilidade de ostentar as novas condições econômicas e financeiras. Este também foi um fator que determinou a dificuldade de implantar-se um ginásio em Ilhéus. Para as moças, a situação era mais difícil. Não havia liberalidade, pelo contrário, o machismo não permitia que estas procurassem o saber e o conhecimento. A mentalidade da época dizia que mulher era para casar e ter filhos, cuidar da casa, da roupa, da cozinha. As de famílias mais abastadas aprendiam a ler e escrever, corte e costura, culinária. As moças de poucas posses casavam cedo e era melhor que não aprendessem a ler, para não correrem o risco de escrever cartas para os namorados. Muitas vezes os casamentos eram arranjados pelos pais, tendo em vista interesses financeiros. O escritor Jorge Amado narra esta situação em vários livros seus, onde a mulher, pobre ou rica, encontrava uma barreira muito grande para prosseguir nos estudos.

Com o início dos trabalhos do IME como ginásio público, em 1939, muitos foram os rapazes nascidos na região que puderam concluir aqui mesmo seu curso ginásial, seguindo para Salvador somente numa idade mais adulta, afastando-se do convívio familiar apenas quando ingressassem na Universidade.

Nosso tema é um tema de história institucional e história da educação, o que resultará num trabalho de história de uma instituição educacional, permitindo uma visão mais sistemática da própria educação municipal no referido período (1939-1999).

Ainda hoje o IME é uma escola que impressiona pelo seu porte, pela distribuição das suas salas de aula, pelo seu auditório. É uma escola que possui uma equipe técnica de primeira qualidade e resultados que só pode deixar cheios de orgulho os que com ela têm contato. Qualquer pessoa que queira fazer um bom curso e ter resultados positivos na vida pode passar pelos bancos desta instituição sem se arrepender. A história do IME é bonita e limpa. Por este motivo devemos registrá-la e enfatizá-la, pois nem sempre as pessoas da comunidade sabem o que possuem. É preciso que se diga do esforço dos professores e diretores, que ao longo do tempo se esmeraram para dar à população, principalmente à de baixa renda, uma chance de competição na vida.

Inúmeras pessoas, que dificilmente teriam condições de chegar a lugares de destaque na escala social, passaram pelas suas salas e tornaram-se estimadas, acreditadas e com grande destaque nas letras, nas artes e mesmo na política. A educação é, sem dúvida, uma porta que se abre para a escalada social de qualquer indivíduo que queira crescer. Sem ela tudo se torna mais difícil. A educação pública é

o maior bem que uma nação pode dar a seu povo. Nesse sentido, o IME tem atingido amplamente a sua finalidade.

Não foram só as pessoas menos favorecidas as beneficiadas pelo trabalho deste colégio, mas também muitos filhos de cacauicultores do passado e dos dias atuais, que nele estudaram e são pessoas que muito orgulho causam à comunidade.

O estudo da história do IME possibilita acompanhar uma parcela da história da educação municipal de Ilhéus e a influência da instituição na sociedade local.

Deverão ser abordadas as questões relacionadas aos currículos, programas, tipos de ensino, métodos; número de alunos, classes sociais atingidas; instalações físicas, profissionais e técnicas; atividades comunitárias.

Pesquisamos nos arquivos da escola todos os assuntos pertinentes aos assuntos propostos. Encontramos, na medida do possível, pois muita coisa se perdeu: quem foram os primeiros alunos da instituição, como era formada a sua clientela; encontramos nomes de pessoas conhecidas, que se tornaram importantes posteriormente e que passaram pelos bancos do IME como alunos, que foram professores ou mesmo diretores, como é o caso do seu primeiro diretor, o mais tarde importante senador da República, Heitor Dias, e do geógrafo Milton Santos, um dos primeiros catedráticos da instituição e, que recentemente, numa reportagem do jornal “A Folha de São Paulo”, foi considerado um dos maiores geógrafos do mundo.

Através do Método utilizado pela História Oral, colhemos depoimentos de antigos alunos, professores e funcionários, focalizando o desenrolar da história desta

importante instituição e de suas transformações ao longo do tempo, quando foi se desenvolvendo, enquanto se desenvolvia nosso estado e nosso país. Entrevistamos ex-alunos, pessoas mais velhas, como funcionários e professores que acompanharam o início da escola e apresentaram dados que foram utilíssimos na conclusão deste trabalho.

Seguindo a linha da História “vista de baixo”, conseguimos reconstituir, na trajetória do tempo, os diversos momentos da história da região cacauífera do sul da Bahia, região esta que já foi responsável por um verdadeiro eldorado no nordeste brasileiro, que já teve destaque importante no cenário mundial, quando esteve colocada como segundo produtor mundial de cacau, e que já foi responsável por mais de setenta por cento da renda do estado da Bahia.

Queremos agradecer a todos aqueles que não só se colocaram à nossa disposição como também se esforçaram para nos dar todo o material que possuíam e que foram da maior importância para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Parte 1

MEMÓRIA

e

HISTÓRIA

Capítulo I

A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A história do Brasil começa no ano de 1500, com a chegada dos primeiros portugueses. A história de Ilhéus começa com a chegada da expedição colonizadora de Francisco Romero, por volta de 1535. A colonização do Brasil, por parte dos portugueses, começou com a divisão das terras do Brasil em Capitânicas Hereditárias, sistema que já dera certo em algumas ilhas do Atlântico. A carta de doação da Capitania a Jorge de Figueiredo Correia foi assinada em Évora, a 26 de junho de 1534. Ela possuía cinquenta léguas de costa contadas a partir da Ilha de Tinharé, local onde existe hoje o famoso povoado de Morro de São Paulo, distrito de Cairu. Jorge de Figueiredo Correia possuía muito prestígio na corte e não se dispôs a abandonar o seu cargo para aventurar-se na nova terra. Enviou no seu lugar um castelhano autoritário, homem de guerra, chamado Francisco Romero. Jorge de Figueiredo não encontrou dificuldades em conseguir dinheiro para organizar a armada e Francisco Romero partiu do Tejo em 1535.

A história do Brasil Colônia não pode ser desvinculada da história europeia, já que a colonização deve ser compreendida como a necessidade de expansão comercial da burguesia enriquecida com a Revolução Comercial. As colônias significam não só maior possibilidade de consumo, como também são fornecedores de produtos tropicais e metais preciosos.¹

Era um período de grandes mudanças na Europa, de grandes avanços, de grandes descobertas, a exemplo da bússola, da pólvora, da imprensa e do papel, do caminho marítimo para as Índias, da formação das monarquias nacionais, da Reforma e Contra-Reforma. A Europa havia saído do longo período, de certa forma estável, da Idade Média, para conhecer todo o esplendor do Renascimento.

No Renascimento, ao contrário da Idade Média, houve uma preocupação muito grande com a educação. Houve uma grande produção teórica dos pedagogos, mas principalmente uma grande proliferação de colégios. Estes colégios, no entanto, eram voltados para as pessoas da corte e nem se pensava em uma escola popular. Quem freqüentava a escola eram os homens da pequena nobreza e da burguesia comercial.

Em 1534, Inácio de Loyola, espanhol basco, resolve se tornar soldado de Cristo e funda a Companhia de Jesus. Em 1540, época em que começou a acontecer a colonização da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, o papa Paulo III aprovou a fundação da Companhia de Jesus, tendo início o trabalho dos jesuítas voltado para a catequese e para a educação. Os

¹ARANHA, 1993. p. 117.

jesuítas se espalham pelo mundo, desde a Europa, até a Ásia, a África e aquela que começava a ser ocupada, a América. Em duzentos anos, os jesuítas tiveram mais de 600 escolas espalhadas pelo mundo.

Quando Tomé de Souza, primeiro governador-geral, chega ao Brasil em 1549, vem acompanhado por diversos jesuítas chefiados por Manuel da Nóbrega. Quinze dias depois da sua chegada, já fazem funcionar uma escola ‘de ler e escrever’. Em 1553, com 19 anos de idade, chega ao Brasil o noviço José de Anchieta, que se destacará no trabalho apostólico. O primeiro jesuíta a aprender a língua dos índios foi Aspilcueta Navarro, o primeiro também a penetrar nos sertões em missão de evangelização. Fernando de Azevedo se refere a essa “trindade esplêndida - Nóbrega, o político, Navarro, o pioneiro, e Anchieta, o santo” - como símbolo da “atividade extraordinária dos jesuítas no século XVI, a fase mais bela e heróica da história da Companhia de Jesus.”²

Até 1759, quando são expulsos pelo Marquês de Pombal, foram os jesuítas os responsáveis pela educação na colônia de Portugal, o Brasil.

Os jesuítas aprendem a língua tupi-guarani e elaboram textos que são utilizados no início da catequese. Como era mais difícil catequizar os adultos, os padres se dedicam a ensinar aos filhos dos colonos e dos índios. Podem ser considerados admiráveis, pela coragem, empenho e boa fé, mas à luz da Antropologia, sabemos hoje que foram eles que começaram o processo de desintegração das culturas indígenas.

²AZEVEDO, 1963. p. 505.

Um outro traço simpático, nas primeiras relações dos jesuítas com os curumins, para quem aprecie a obra missionária, não com olhos devotos de apologeta ou sectário da Companhia mas sob o ponto de vista brasileiro da confraternização das raças: a igualdade em que parece terem eles educado, nos seus colégios dos séculos XVI e XVII, índios e filhos de portugueses, europeus e mestiços, caboclos arrancados às tabas e meninos órfãos vindos de Lisboa.³

O índio, de repente, viu sua terra invadida por pessoas muito diferentes que queriam, não só tirá-los da sua forma de vida dando-lhe o ritmo de vida europeu, como também dar-lhes funções diferentes: a metrópole deseja integrá-lo ao processo colonizador, o colono quer usá-lo como escravo e o jesuíta almeja convertê-lo ao cristianismo. Dois desses interesses se chocam e provocam um conflito. Os jesuítas pretendiam defender os índios da ação dos colonos que desejavam escravizá-los e para isso criaram as missões, que existiram em muitas regiões do Brasil. Para diminuir os riscos da ação missionária, estas missões foram localizadas no sertão, longe dos colonos. As principais missões se localizavam próximo à floresta amazônica e no interior de toda a América do Sul. Lá se desenvolve uma intensa atividade agrícola que se transformou em fonte de renda para os jesuítas. No Brasil existem ruínas dessas missões no interior do Rio Grande do Sul.

*A principal marca da influência jesuítica na formação da cultura brasileira está na **tradição religiosa do ensino**, que perdura até o século XIX. Mas os jesuítas exercem também influência **social e política**, e não apenas educacional e religiosa, na medida em*

³FREIRE, 1987. p. 212-213.

*que adquirem autoridade sobre os índios, os colonos e a senzala. O catolicismo foi o 'cimento da nossa unidade', neutralizando os efeitos dessas culturas tão heterogêneas.*⁴

A preocupação maior dos jesuítas não é que os indígenas aprendam a ler, mas que sejam encaminhados à fé católica e se convertam ao cristianismo. Não havia o menor interesse numa aprendizagem de leitura e de conhecimentos, pois nem os colonos e nem os índios iriam utilizar, numa atividade agrícola e sem especialização profissional, os frutos desta aprendizagem. Esse fenômeno de descaso com o saber não ocorre só no Brasil, mas em vários lugares do mundo e foi a tônica principal em todo o longo período da Idade Média. À luz do olhar do homem do século XX, o que parece um descaso com o saber é uma característica do mundo civilizado de então. A preocupação com a aquisição do saber é uma preocupação mais atual. Com o Renascimento, na Europa, católicos e reformistas se preocuparam mais com a ação pedagógica, porque estavam brigando em torno da posse da verdade religiosa.

*Uma sociedade exclusivamente agrária, que não exige nenhuma especialização profissional e cujo trabalho manual se acha a cargo de escravos, permite a formação desse tipo de elite intelectual, cujo saber universal e abstrato se acha mais voltado para o bacharelismo, a burocracia e as profissões liberais.*⁴

Segundo Gilberto Freire, essa tradição de se preocupar com o bacharelismo, acentua o gosto pelo 'anel de doutor'. Todo coronel sente necessidade de ter pelo menos um filho profissional liberal, um filho doutor. Essa prática acentua também a pose e o discurso empolado,

⁴FREIRE, 1987. p. 123.

*daí a tendência para a oratória que ficou no brasileiro, perturbando-o tanto no esforço de pensar como no de analisar as coisas. Mesmo ocupando-se de assuntos que peçam a maior sobriedade verbal, a precisão de preferência ao efeito literário, o tom de conversa em vez do discurso, a maior pureza possível de objetividade, o brasileiro insensivelmente levanta a voz e arredonda a frase. Efeito de muito latim de frade; de muita retórica de padre.*⁵

As conquistas científicas da Idade Moderna ficaram distantes na formação da elite colonial, predominantemente intelectual e universalista, como também o trato dos assuntos e problemas da realidade imediata. Havia um descompasso entre a produção intelectual na Europa e na Colônia (a distância era muito grande) e isto aumentou a distância existente entre as pessoas intelectualizadas e a maioria da população analfabeta.

O português chegou ao Brasil e como consequência de sua atuação começou a alterar os hábitos indígenas. Os jesuítas concorreram para esta prática, interferindo diretamente no conceito de nudez e pudor. A nudez, coisa natural para os índios, era para eles uma ‘falta de vergonha’. Oswald de Andrade tem um verso a este respeito:

*Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio teria despido
O português.*

⁵Freire, 1936. p. 269.

No século XVII, enquanto explodia na Europa a revolução intelectual, quando eclodia a revolução cartesiana e o renascimento científico, nas escolas da colônia persiste o monopólio jesuítico alheio a todos estes movimentos. O ensino oferecido continua visando a formação humanística, cujo centro são o latim e os estudos clássicos. Não há nenhuma preocupação com as ciências físicas ou naturais, nem com a técnica e a arte. Esse distanciamento decorre do próprio caráter dependente no qual a colônia é colocada. Para que a população colonial precisa de ciência?

A preocupação maior continua sendo a formação da classe dirigente. Mas com a importância dada aos graus acadêmicos para a classificação social, os mestiços começam a procurar mais as escolas, forçando a resistência e as dificuldades criadas pelos jesuítas.

Os brasileiros que desejavam seguir as carreiras liberais, como o direito e a medicina, precisavam se dirigir à metrópole. Os portugueses faziam tudo para impedir o avanço intelectual na colônia, tanto assim que em 1675 o Colégio da Bahia teve negado um pedido de equiparação à Universidade de Évora, em Portugal.

Portugal saiu na frente dos outros países da Europa, na época das grandes conquistas da navegação marítima. Mas como as disputas eram muitas, Portugal perdeu suas reservas econômicas para conseguir expulsar os holandeses do Brasil e também nas disputas com a França e a Inglaterra. No século XVIII Portugal perde terreno no campo da política, quando a França e a Inglaterra se tornam as maiores potências da Europa, e resolve se aliar à Inglaterra como única forma de obter proteção, fazendo em decorrência disto, acordos comerciais lesivos para si e para a colônia.

O Ministro do Reino de D. José I, o Marquês de Pombal, tenta modernizar o reino a fim de manter o absolutismo real, cortando qualquer oposição que se levantasse contra a coroa, e, em 1759, determina a expulsão dos jesuítas da colônia (300 escolas fechadas). No Brasil, a cana-de-açúcar do Nordeste sofre um rude golpe com a concorrência estrangeira, mas em contrapartida são descobertas as minas de ouro e o centro econômico se desloca para Minas Gerais e para a região sul.

Esta atividade vai até meados do século XVIII, quando se dá a queda do ouro e a diminuição da arrecadação, gerando uma pressão por parte do reino. A pressão do reino faz nascer uma grande insatisfação na colônia tornando possível o surgimento dos ideais iluministas entre os brasileiros, gerando as Conjurações Mineira (1789) e Baiana (1798).

É necessário que se compreenda esses acontecimentos que refletirão na questão educacional. Na cultura canavieira predomina a estrutura social baseada na classe dominante dos senhores de engenho, cujo poder se funda na propriedade da terra e na exploração agrícola pelo trabalho escravo. Com o advento da mineração, há um processo de urbanização, aumentando a população das cidades, trazendo algumas alterações à ordem social vigente.

Pode-se contestar o ensino dos jesuítas e os males que foram feitos aos indígenas, mas a sua ausência, sem qualquer reposição, foi um grande mal para a educação brasileira. Houve um retrocesso.

Em 1772, é implantado o ensino público oficial. Até então os professores eram os jesuítas. Na ausência destes, não havia pessoas com formação pedagógica, ensinava quem sabia mais do que quem aprendia. A falta de formação

dos mestres refletiu no ensino que, naturalmente, se tornou muito mal administrado, pois os professores leigos, mal pagos, não conseguem dar uma linha ao ensino havendo muita reclamação a esse respeito. Se com os jesuítas a preocupação era formar cristãos, sem eles não se colocou nada no lugar e o ensino perdeu o rumo.

Nesse mesmo ano, em Portugal, a Universidade de Coimbra passa por uma transformação. A Europa buscava se modernizar e como primeiro passo optou pelo ensino da língua moderna, o português (e não o latim como era o costume), das matemáticas e ciências da natureza. A universidade portuguesa desempenha importante papel na formação da mentalidade dos brasileiros da elite. Como não havia universidade no Brasil, quem podia arcar com essas despesas tinha de ir para a metrópole estudar. Sua permanência na metrópole permitia-lhes mais ampla visão crítica da realidade colonial, o que lhes despertava o sentimento nativista. Assim, as primeiras manifestações de revolta de que participaram muitos desses estudantes brasileiros vindos de Portugal acontecem ainda no século XVII, aumentando no século XVIII, e muitos desses homens tornaram-se os futuros conjurados.

No século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, as coisas começaram a mudar. Estruturalmente o Brasil continuava dependendo de Portugal e agora também da Inglaterra. Mesmo depois da Independência, em 1822, não houve uma mudança radical. A mudança aconteceu mais superficialmente do que nas estruturas. Não havia uma política de educação sistemática e planejada, e qualquer mudança visava apenas a resolver problemas imediatos, não havendo a preocupação de encarar a educação como um todo. A verdade é que ninguém se preocupava em implantar

escolas porque a elite se dirigia à metrópole para realizar seus estudos, e com o povo não havia a menor preocupação. A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil foi mera contingência política.

Apesar de a dependência da metrópole continuar existindo, aconteceram algumas mudanças que acabaram por beneficiar a colônia, como a criação da Imprensa Régia, visto que antes eram proibidas as publicações; a Biblioteca Pública, transformada depois em Biblioteca Nacional; o Jardim Botânico e o Museu Real, que incentivaram os estudos de botânica e zoologia; e muitos outros como os cursos médico-cirúrgicos, a partir de 1808, na Bahia e no Rio, visando à formação de médicos para a marinha e o exército.

Foi dada ênfase aos cursos superiores, não havendo nenhuma preocupação com o ensino fundamental, o que acentuou ainda mais o caráter elitista e aristocrático da educação. A ela têm acesso os nobres, os proprietários de terra e uma camada intermediária, que surgiu da ampliação dos quadros administrativos e burocráticos que resultaram da urbanização.

Durante todo o decorrer do século XIX, a educação brasileira arrastou-se “inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada. Entre o ensino primário e o secundário não há pontes ou articulações: são dois mundos que se orientam, cada um na sua direção.”⁶

Esses problemas foram criados com a reforma do ensino resultante do Ato Adicional de 1834 da Constituição de 1824, que descentralizou o ensino. O poder central fica,

⁶AZEVEDO, 1963. p. 568.

então, encarregado de promover e regulamentar o ensino superior e as províncias (futuros estados) ficam encarregadas do ensino elementar e secundário. Com essas medidas, a coroa encarrega-se apenas da educação da elite e a do povo é confiada precariamente às províncias.

A conseqüência dessas medidas é o fracionamento da educação. Enquanto todos os países do mundo promovem a educação nacional, no Brasil perde-se a unidade de ação. Não há preocupação com o currículo, com a linha de ação; a grande maioria, são professores leigos colocados para ensinar, e ainda hoje, mais de um século depois, permanece esta situação em muitos estados da nação brasileira.

Aliás, nem há currículo e a escolha das disciplinas é aleatória, não havendo sequer exigência de se completar um curso para iniciar um outro. Ao contrário, são as exigências do ensino superior que vão determinar a escolha das disciplinas do ensino secundário, que se torna cada vez mais propedêutico, ou seja, voltado para a preparação para a faculdade.⁷

Para reparar as falhas criadas pela orientação dada à educação no período de 1860 a 1890, a iniciativa particular se organiza, fundando-se então importantes colégios, principalmente católicos (inclusive de jesuítas que retornaram após oitenta anos de ausência) e protestantes. Enquanto no resto do mundo predomina a educação laicizada, em nosso país ela é dominada pelos religiosos, embora tenha havido algumas escolas particulares com orientação completamente leiga.

A educação não é meta prioritária e a população rural, formada em grande parte por escravos, não tem acesso a ela.

⁷ARANHA, 1993. p. 192.

Depois da proclamação da República, permanece, como herança do Império, um quadro melancólico do ensino. A Constituição de 1891 reafirma o processo de descentralização do ensino, continuando o que já havia sido determinado pelo Ato Adicional da Constituição de 1824.

Quem informa sobre a rede escolar na Primeira República é o professor Paschoal Leme, um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, quando diz que:

As poucas escolas públicas existentes nas cidades eram freqüentadas pelos filhos das famílias de classe média. Os ricos contratavam preceptores, geralmente estrangeiros, que ministravam aos filhos o ensino em casa, ou os mandavam a alguns poucos colégios particulares, leigos ou religiosos, funcionando nas principais capitais, em regime de internato ou semi-internato. Muitos desses colégios adquiriram grande notoriedade.

Em todo o vasto interior do país havia algumas precárias escolinhas rurais, em cuja maioria trabalhavam professores sem qualquer formação profissional, que atendiam às populações dispersas em imensas áreas: eram as substitutas das antigas aulas, instituídas pelas reformas pombalinas, após a expulsão dos jesuítas, em 1763.⁸

Após a Primeira Grande Guerra há o prenúncio de novos tempos, com a industrialização e urbanização dando lugar à formação de uma nova burguesia urbana. Novos estratos emergentes exigem o acesso à educação, mas retomam os valores da oligarquia, aspirando à educação acadêmica e elitista e não à técnica, considerada inferior. Aliás, ainda

⁸ GHIRALDELLI JR., 1994. p. 26.

hoje há um certo preconceito com relação ao ensino técnico, quando só é valorizado pela sociedade o ensino acadêmico e superior. A situação é grave, já que na década de 20 o índice de analfabetismo atingia a marca de 80%.

Nessa década acontecem diversos movimentos políticos e culturais que abalam os alicerces da intelectualidade tradicional. O mais importante foi a Semana de Arte Moderna de 1922, que reuniu representantes da pintura, literatura, música, arquitetura e escultura, cujo principal fundamento foi a busca da renovação dos valores artísticos nacionais, até então marcados excessivamente pela concepção européia, sobretudo francesa.

Na educação há uma grande efervescência. Surgem vários educadores e intelectuais preocupados com a recuperação do atraso brasileiro, que empreendem debates e planos de ação para uma reforma efetiva.

Torna-se forte a influência escola-novista, trazendo a esperança de democratização e de transformação da sociedade por meio da escola. Reagindo ao individualismo e academicismo da educação tradicional, propõe-se a renovação das técnicas e a exigência da escola única, obrigatória e gratuita (com que atraso!).⁹

Baseados nesse pensamento, diversos estados empreendem reformas pedagógicas calcadas nas propostas de Lourenço Filho (no Ceará), Anísio Teixeira (na Bahia), Francisco Campos e Mário Casassanta (em Minas Gerais), Fernando Azevedo (no Distrito Federal) e Carneiro Leão (em Pernambuco).

Apesar da difusão das novas idéias, elas não são adequadamente executadas e as experiências permanecem

⁹ ARANHA, 1993. p. 243.

restritas a alguns lugares. Apesar de ter trazido vantagens, o escola-novismo se preocupou mais com aspectos técnicos, ajudando a desviar do debate educacional o que era mais importante: a educação popular.

A partir de 1930 há uma expansão do ensino, ocasião em que encontramos um movimento muito grande dos educadores ao lado de várias atitudes tomadas por iniciativa do governo com resultados concretos para o avanço da educação.

Segundo Fernando de Azevedo, de 1930 a 1940 dá-se um desenvolvimento do ensino primário e secundário que jamais se registrara até então no país. De 1936 a 1951 as escolas primárias dobram e as secundárias quase quadruplicam, em número, ainda que tal desenvolvimento não seja homogêneo, tendo se concentrado nas regiões urbanas dos estados mais desenvolvidos.¹⁰

Não são só as escolas regulares que têm seu número aumentado, mas também as escolas técnicas e, segundo Lourenço Filho, em 1933 havia 133 escolas de ensino técnico industrial. Em 1945 este número subiu para 1368; em alunos, de 15 mil para mais de 65 mil.¹¹

A criação do Ministério da Educação e Saúde muito favoreceu o crescimento do interesse pelo desenvolvimento da educação, não se excluindo o juízo contrário, de ter sido o interesse da maior parte da população pelo ensino que teria forçado o surgimento do órgão governamental. O certo é que com a criação do Ministério pôde ser feita a organização do planejamento das reformas da educação, em âmbito nacional, e da estruturação da universidade.

¹⁰ ARANHA, 1963. p. 244.

¹¹ Cf. FREITAG, Estado, Escola e Sociedade. p. 54.

Em 1934 é fundada a Universidade de São Paulo pela aglutinação de diversas faculdades, e em 1935, do mesmo modo, a Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro. Em 1936, o governo federal reconhece a Faculdade de Filosofia de São Bento, em São Paulo, fundada em 1908 e que se agregara à Universidade de Louvain, na Bélgica, desde 1911.

Algumas escolas de nível secundário foram reorganizadas e foi dado um grande impulso no campo de formação do magistério, tanto que, em 1937, são diplomados no Brasil os primeiros professores licenciados para o ensino secundário.

Até então os professores eram autodidatas, saídos de outras profissões e aproveitados para ensinar. Eram práticos experimentados no magistério. Infelizmente, apesar das grandes mudanças essa prática perdura até os nossos dias.

É possível compreender tais mudanças a partir da análise do contexto social e econômico. Com a crise do modelo agrário exportador e o delineamento do novo modelo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização, passa a ser exigida melhor escolarização.¹²

Os movimentos reformistas nascidos na década de 20 e liderados por Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, influenciados por Dewey e Durkheim, continuaram crescendo. Eles tinham plena consciência do caráter social da educação e do dever do Estado de propiciar escola para todos.

Combatiam ferrenhamente a educação elitista e acadêmica tradicional, monopolizada pela Igreja. Defendiam a educação gerida por leigos, criando com isso uma reação muito grande de católicos e conservadores, que achavam que a verdadeira educação era a baseada na educação cristã.

¹² ARANHA, 1993. p. 245.

Criou-se um clima de conflito aberto, e em 1932 é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, encabeçado por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores. O manifesto critica a dualidade na educação, com uma escola para ricos outra para pobres, e reivindica uma escola básica única, considerando dever do Estado tornar a educação obrigatória, pública, gratuita e leiga, devendo conter um programa de âmbito nacional.

Foi, sem dúvida, uma ação muito grande e muito importante por parte dos educadores, além do respaldo que eles receberam da população de modo geral; tudo isso fez nascer em todos o sentimento de que sem mudanças o país não seguiria em frente.

*Esse manifesto é muito importante na história da pedagogia brasileira porque representa a tomada de consciência da defasagem entre a educação e as exigências do desenvolvimento.*¹³

Sobre essa época, diz Ghiraldelli Jr. (1994): “Basicamente, é possível identificar quatro projetos distintos para a construção de um ‘novo Brasil’ e, conseqüentemente, quatro diferentes pensamentos sobre a educação brasileira” (p. 39).

Pode-se chamar a primeira corrente de liberal, formada por intelectuais que mostravam o desejo de construção de um país em bases urbano-industriais democráticas, que no plano educacional endossavam as teses gerais da Pedagogia Nova. Foram eles que publicaram o Manifesto dos Pioneiros.

Em oposição aos liberais encontravam-se os católicos, defensores da Pedagogia Tradicional e que reagiram ao Manifesto, não aceitando em nenhuma hipótese a laicização do ensino.

¹³ARANHA, 1993. p. 245.

O governo se colocou no centro da disputa querendo aparentar neutralidade. Francisco Campos, ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, que possuía bom trânsito entre os liberais e os católicos, apresentou uma política educacional própria.

A quarta força fez-se presente através da Aliança Nacional Libertadora (ANL) entidade que aglutinou grande parcela das classe populares promovendo a formação de uma frente antiimperialista e antifascista.

*Liberais, católicos, integralistas, governistas e aliancistas coloriram o debate político e educacional dos anos 30. Em suma, todos desejavam a construção de um 'novo Brasil', diferente da República oligárquica que a Revolução de 30 veio colocar de lado.*¹⁴

No ano de 1934, a Assembléia Nacional Constituinte, eleita pelo povo, elaborou o que viria a ser a terceira Carta Magna Brasileira, que continha o seguinte artigo sobre a educação:

“Artigo 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país(...)”.

Já no Estado Novo, em 1937, foi elaborada outra Carta Magna, que em termos educacionais inverteu as tendências democratizantes da Carta anterior. Ao contrário da primeira, “a Lei Maior de 1937 foi produzida pela tecnocracia getuliana (Francisco Campos) e imposta ao país como ordenamento legal do Estado Novo.”¹⁵ Com a nova lei para a educação, o Estado se desincumbiu da obrigatoriedade da educação pública. O artigo relativo à educação dizia o seguinte:

¹⁴GHIRALDELLI JR., 1994. p. 40.

“Artigo 125 - A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular”.

Com a constituição de 1937 o Estado demonstrou que não estava disposto a retirar dinheiro dos impostos para investir na educação. A partir de 1942, com a Segunda Guerra Mundial no seu ponto culminante, novas necessidades aconteceram, fazendo com que a educação no Brasil tomasse novos rumos, acontecendo então várias reformas no sistema educacional brasileiro.

A partir de 1931 e 1932, Francisco de Campos, adepto da Escola Nova, que havia empreendido reformas na educação em Minas Gerais, torna-se Ministro da Educação e realiza as mesmas reformas em âmbito nacional. Foi a primeira vez que aconteceu um movimento nacional em educação, pois todos os anteriores haviam tido caráter estadual. Foi uma ação planejada e atingiu o ensino secundário, o comercial e a organização do sistema universitário.

O ensino secundário passa a ter dois ciclos: um fundamental, de cinco anos, e outro complementar, de dois anos, com o objetivo de preparar o ingresso à universidade.

Apesar de ter havido um grande avanço, algumas questões ficaram pendentes, dentre elas o descaso pela escola primária e pela formação de professores. Também a situação mundial pesa neste momento, quando Hitler começa a subjugar a Europa. O movimento inovador na educação brasileira entra em recesso.

¹⁵ GHIRALDELLI JR., 1994. p. 81.

Depois de 1942 o ministro da Educação de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, empreende novas reformas que ficaram conhecidas como ‘Reforma Capanema’. Essas foram feitas na base de decretos-leis, e foram efetivadas até 1946 e denominadas ‘Leis Orgânicas do Ensino’.

As chamadas ‘Leis Orgânicas do Ensino’ constituíram-se de uma série de decretos-leis que começaram a ser emitidos durante o Estado Novo e foram completados após a queda daquele Governo. Elas,

*chamadas de Reforma Capanema, consubstanciaram-se em seis decretos-leis que ordenavam o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola. Foi uma reforma elitista e conservadora, e só não incorporou todo o espírito da Carta de 37 porque vingou já nos anos de liberalização do regime, no final do Estado Novo.*¹⁶

Novamente se reestrutura o curso secundário, que passa a ser constituído pelo ginásio, de quatro anos, e pelo colegial, de três anos, este dividido em clássico e científico. Apesar de ter um caráter inovador, estas leis continuavam reforçando o dualismo no ensino; podem merecer inúmeras críticas, mas não é a finalidade deste trabalho.

Nessa época também surgiram inúmeras entidades que, posteriormente, passaram a ser de fundamental importância nos processos de educação formal do país. Podemos citar como exemplo a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), do Instituto Nacional do Livro e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Vale a pena ressaltar que, em virtude de todas essas mudanças, e das mudanças por que passava o mundo em

¹⁶GHIRALDELLI JR., 1994. p. 83.

plena guerra mundial, foi criado em 1942 o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), organizado e mantido pela Confederação Nacional das Indústrias, com diversos cursos de aprendizagem, aperfeiçoamento e especialização, além de possibilitar a reciclagem profissional. Com as dificuldades criadas pela guerra fez-se necessário encontrar, dentro do nosso país, mão de obra especializada para atender às necessidades de um país que estava em fase de industrialização. Em 1946 criou-se o Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), seguindo a mesma linha.

Esses cursos eram remunerados, o que atraía o operário que necessitava não só de se profissionalizar, como também de trabalhar.

A reforma do ensino primário só é regulamentada por lei após o Estado Novo, em 1946. É instituído o ensino supletivo e a regulamentação dos cursos de formação de professores.

*A criação dessas instituições e a decretação da Reforma Capanema esboçaram um sistema educacional para o país, até então inexistente.*¹⁷

¹⁷ GHIRALDELLI JR., 1994. p. 83.

Capítulo II

A EDUCAÇÃO NA CAPITANIA DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS

Antes da chegada dos portugueses e dos jesuítas, a educação dos indígenas era informal, imitativa e rústica. Não havia entre os indígenas, como até hoje na cultura tribal, a educação formal, que conhecemos no mundo sob a influência européia. Os índios que habitavam a Capitania de São Jorge dos Ilhéus eram os Tupiniquins e os Aimorés.

Em 1537, o donatário Jorge de Figueiredo Correia doou a Mem de Sá, que viria a ser o terceiro governador-geral do Brasil, a posse de uma sesmaria situada na localidade de Rio de Engenho e outra próxima a Camamu. Este, como não tivesse interesse em explorar as sesmarias, doou-as aos jesuítas. Nessas localidades os jesuítas desenvolveram a atividade agrícola da exploração da cana-de-açúcar. Ainda restam vestígios da época dos jesuítas, e no Rio de Engenho encontramos a terceira igreja mais antiga do Brasil, erigida em homenagem a Sant'Ana. Portanto, como em todo o Brasil, também na capitania o ensino começou com os jesuítas que vieram para as terras brasileiras.

Em Ilhéus a história da educação formal também está ligada aos jesuítas, e segundo o Prof. Arléo Barbosa,

pode-se afirmar que o primeiro professor de Ilhéus foi o Padre Diogo Jácome que, em 1549, veio acompanhado do Pe. Leonardo Nunes e ensinou as primeiras letras e religião. Nesta época, em carta dirigida ao Provincial da Companhia, o padre Manuel da Nóbrega informa que Diogo Jácome fez muito fruto em ensinar aos moços e escravos.¹⁸

Sabe-se que os jesuítas tiveram uma escola onde hoje está situado o prédio da prefeitura, mas que a primeira escola propriamente dita só vai aparecer na região no século XVIII. Ela dirigia seus ensinamentos aos filhos dos colonos e aos curumins, os filhos dos indígenas. Seus professores eram frades franciscanos e ensinava-se escrita, leitura, gramática latina, religião e bons costumes. A mesma estagnação que marcou a vida econômica da capitania, marcou sua educação. A capitania de São Jorge, abandonada à sua própria sorte, passada de mão em mão por sucessivas vendas, transformou-se numa vila de pescadores que recebia a visita de um barco ou outro que passasse pela costa.

Em 1805, o povo de Ilhéus clamava ao Príncipe Regente D. João que solucionasse o problema educacional da Vila pois o professor de Gramática Latina, nomeado para Ilhéus, exercia o ofício de Promotor e Advogado na Vila de Cairu, situada a quarenta léguas de Ilhéus. Ali também lecionava latim. Mais tarde, houve averiguações e ficou provado que isso não foi feito por descaso ou vontade do professor e sim porque havia naquela vila mais alunos que em São Jorge dos Ilhéus.¹⁸

¹⁸BARBOSA, Arléo. O governo português fez algumas tentativas de criar

escolas na vila, mas a remuneração do professor era muito baixa. Em 1818, Von Martius, historiador que passou por aqui em um navio e escreveu sobre a Capitania de São Jorge, num comentário, denunciou o baixo nível intelectual da população de Ilhéus.

Ainda segundo o professor Arléo Barbosa:

Quando em 1881, Ilhéus foi elevada à categoria de cidade, de acordo com o testemunho do Coronel Antonio Pessoa, a cidade possuía duas escolas primárias para os dois sexos que funcionavam deficientemente em consequência da instabilidade do professor que 'tomava férias' desordenadas e várias vezes ao ano. Dez anos depois, isto é, em 1891, Ilhéus possuía cinco escolas sendo três do sexo masculino.¹⁹

A verdade é que não era a educação em Ilhéus que era atrasada, era esta a situação vigente no país. Ilhéus era apenas uma vila de pescadores perdida no caminho entre Salvador e o Rio de Janeiro. A produção de açúcar e arroz era apenas para consumo local. O crescimento econômico só aparece um pouco depois, no início do século XX. Não havia ainda uma preocupação maior em ensinar às pessoas a sentirem o gosto pelo conhecimento. Somente as mais interessadas aprendiam a ler sozinhas, como autodidatas, ou com professores particulares que ensinavam em suas próprias casas. Era muito pequeno o número de pessoas que se dedicavam ao estudo.

Se no fim do século passado a educação em Ilhéus era ruim, no início deste, ela regrediu. O professor Arléo Barbosa conta que foi nomeado para assumir o ensino dos meninos o prof. José Muniz que veio de Salvador, e teve que retornar para lá porque não só não encontrou casa

¹⁹BARBOSA, 1994. p. 44.

para morar como também para fazer funcionar a escola. As autoridades estavam preocupadas com outras coisas e não davam nenhuma importância à educação. O ensino das meninas estava a cargo da professora Josepha Nascimento e a dos meninos ficou três anos sem funcionar, até a chegada do professor Canuto Trindade Rosa.

O professor Arléo Barbosa conta ainda que “o descaso das autoridades, tanto estaduais quanto municipais, em relação ao ensino era tão grande, que em 1903 foi nomeado para o cargo de lente”²⁰ da escola para o sexo masculino, na localidade de Bom Jesus, um alfaiate semi-analfabeto. Os pais se recusaram a matricular seus filhos porque perceberam a incapacidade do professor, mas este continuou a receber seu salário, normalmente.

Um pouco mais adiante o professor Arléo cita a posição de um jornal de oposição ao chefe do governo, na época, o coronel Domingos Adami de Sá (1904 a 1908), num comentário maldoso, que, sem dúvida, revela a ignorância do próprio coronel, quando diz:

Os chefes políticos nomeados, escorados nas baionetas da polícia, sem prestígio e ignorantes, têm razão de abominar a instrução que os pode comprometer, e é por isso que o Sr. Adami difunde o ensino por meio de alfaiates.

Creio que não cabe aqui julgar as pessoas de outras épocas nem o contexto histórico do início deste século XX na ex-capitania de São Jorge. As pessoas vieram para Ilhéus em busca de trabalho e de melhor condição econômica. Não

²⁰Lente - (Do lat. legente, “que lê”) 1. Ant. V. leitor. 2. Obsol. Professor de escola superior ou secundária. Novo Dicionário Aurélio.

foi fácil enriquecer, foi necessário muito trabalho e muita luta. Muitos morreram sem conseguir a realização dos seus sonhos. Tiveram de aprender aos poucos mas, muitas vezes, o excesso de dinheiro não é um bom conselheiro, e fizeram muitas bobagens. A maioria dos coronéis e dos homens abastados dessa terra queriam que seus filhos tivessem aquilo que eles não puderam ter, pois sacrificaram a juventude em busca da sobrevivência, primeiro, e da riqueza, depois. Mas todos tiveram filhos doutores, pois era da maior importância para os valores sociais da época que seus filhos estudassem e ostentassem um título. Como vimos anteriormente, Gilberto Freire já falou sobre este ponto da mentalidade brasileira.

Se o caminho era o da universidade, como já vimos no capítulo anterior, essa foi a orientação dada pelos governantes, isto é, a valorização do curso universitário, em detrimento do técnico.

Vários trabalhos publicados sobre a educação no Brasil falam do salário irrisório pago aos professores. Esta sempre foi uma profissão que dava *status*, mas não havia preocupação com a remuneração. Eram escaladas para dar aula aquelas pessoas que detinham o conhecimento, mas que sobreviviam de outra forma; o ser professor servia apenas como forma de complementar o salário e também para demonstrar importância. Qualquer pessoa poderia ser professor, fosse instruída, ou não. Ainda subsiste no interior mais longínquo do Brasil, o professor leigo; em última análise, ensina quem sabe alguma coisa a quem não sabe nada, ou sabe menos.

Em 1905 foi criada em Ilhéus a escola complementar. O aluno saído da escola elementar continuava os estudos,

divididos em primeiro e segundo cursos. Estudava a língua vernácula, análises léxica e lógica, leitura, recitação de trechos, francês, aritmética, álgebra, geografia, história, ciências físicas e naturais, desenho e ginástica. A escola complementar de Ilhéus entrou em funcionamento sob a direção do engenheiro Ervídio Velho, num prédio situado à rua Direita do Comércio, hoje Marquês de Paranaguá.

Em 1920, o jornal O Comércio publicou uma nota criticando o ensino público de Ilhéus, no governo do Intendente Eustáquio Bastos. Aconselhava ao Intendente convocar professores em Salvador, através de um edital, e concluía dizendo não ser “difícil conseguir mestre escola na capital porque os recém-formados viviam aos exames procurando emprego.”

No ano de 1923, o Diário Oficial da Bahia registra o funcionamento em Ilhéus de 30 escolas primárias mantidas pelo Município, e 5 de elementares e uma complementar mantidas pelo Estado.

O primeiro estabelecimento de ensino voltado para o segundo grau foi o Instituto Nossa Senhora da Piedade, erguido no alto do Terezópolis pelas freiras ursulinas. Elas chegaram a Ilhéus em 1915, e em 1916 começaram a erguer a escola. Em 1920 surgia o Curso Normal, tendo sido reconhecido pelo decreto nº 2766, em 1922, que dava às alunas os mesmos direitos conferidos pela Escola Normal do Estado. Em 20 de novembro de 1923 foram diplomadas as 6 primeiras professoras formadas em Ilhéus. Segundo o autor Paulo Ghiraldelli Jr., em São Paulo os primeiros professores de nível fundamental e secundário foram diplomados a partir de 1936.

Esta escola da Piedade merece uma atenção muito

especial dos historiadores, pois ela foi pioneira numa época em que só os homens tinham direitos. Mulher não precisava aprender a ler, não deveria ter opinião, deveria se preocupar somente com os filhos e os afazeres da casa. Esta escola veio dar voz às filhas dos cacauicultores, pois nela só estudavam meninas, e possuía um internato, já que os homens mais abastados moravam em suas fazendas e só mais tarde se mudaram para a cidade. Dela usufruíram não só as meninas de Ilhéus, como também as dos mais distantes municípios, quando eram poucos os estabelecimentos de ensino no interior da Bahia.

A tradição nas escolas dirigidas por religiosos era de que as freiras dirigiam o ensino feminino e os padres o ensino masculino. Em Salvador foram criados os Colégios Vieira e Maristas dirigidos por padres e destinados ao ensino para o sexo masculino. Como em Ilhéus não havia escolas dirigida por padres, no período de 1929 a 1939, as freiras aceitaram a presença de alguns meninos filhos de coronéis do cacau nas primeiras séries escolares, como veremos adiante.

Capítulo III

O SONHO DE EUSÍNIO LAVIGNE

Quando estudamos um pouco da história da educação em Ilhéus, percebemos que ela não aconteceu de forma muito diferente da que aconteceu no Brasil. Sem entrarmos no âmago da questão não poderemos perceber qual o motivo pelo qual foi construído um Ginásio deste porte numa cidade pequena como Ilhéus, em anos tão difíceis da economia mundial. Os Estados Unidos da América se recuperavam do grande *crack* da Bolsa de Nova York de 1929 e na Europa o domínio de Hitler crescia a olhos vistos e já se percebia a iminência da eclosão de um conflito mundial. Quando parecia não haver na região nenhum interesse pela educação e o mundo se assemelhava a um vulcão entrando em erupção, resolveu-se atentar para a necessidade da construção de um ginásio na cidade de Ilhéus.

Como é possível uma cidade que não desenvolvera o gosto pela educação, durante muitos anos de existência, mais de cinquenta anos como cidade, de repente construir um edifício do porte do Ginásio Municipal, cuja construção

durou de 1935 a 1938? Qual o motivo para tão repentina mudança?

O jornal O Diário da Tarde, em matéria publicada no dia 10 de fevereiro de 1939, inicia um artigo de página inteira dizendo o seguinte:

O ginásio municipal de Ilhéus é uma dessas obras portentosas que valem, por si só, um atestado do progresso, da riqueza e da civilização de uma cidade. Ilhéus muito se deve honrar de o possuir, porque, já pelas suas linhas arquitetônicas originais e imponentes, já pelas suas divisões internas, tecnicamente dispostas, já pela sua finalidade altamente patriótica, constitui o ginásio de Ilhéus, o melhor monumento da cidade e uma das mais belas, das mais grandiosas, das mais respeitáveis realizações públicas em Ilhéus e no Estado.

Em 1934 era prefeito de Ilhéus o Dr. Eusínio Gaston Lavigne, que concebeu a idéia de construir um ginásio público na cidade, que atendesse não só à população local, mas que abrangesse a área de todo o município, muito grande àquela época, e até outros municípios, já que não havia no sul da Bahia um só ginásio mantido pelo Estado. Como vimos no capítulo anterior, as freiras ursulinas já haviam feito uma escola particular onde as moças da cidade e arredores pudessem estudar. Mas os meninos que quisessem ir adiante nos estudos teriam que se transferir para Salvador. Embora o colégio das freiras ursulinas tivesse sido concebido apenas para meninas, pudemos constatar que no período de 1929 a 1939, a alguns meninos foi permitido estudar. Seus pais mantinham estreitas ligações com as freiras, ajudaram na construção do educandário, já tinham irmãs estudando lá e, por este motivo, eles tiveram a chance de fazer grande parte dos seus estudos ali. Podemos citar, dentre outros,

Halil Medauar, Júlio e José Haroldo de Castro Vieira, e outros com nomes de famílias conhecidas como Maron e Dieb. Mas foram apenas exceções.

Uma vez concebida a idéia, partiu o prefeito para executá-la. Para a confecção do projeto foi feita uma concorrência pública na cidade do Rio de Janeiro, capital da República. Segundo o jornal O Diário da Tarde (Edição de 10.02.1939), concorreram ‘vários ilustres candidatos’, ‘a comissão julgadora foi composta de eminentes técnicos de alto renome nacional’ e o projeto vitorioso foi o do arquiteto Lelio Landucci, autor de muitos trabalhos importantes, inclusive a estátua do Cristo Redentor, localizada no Alto do Corcovado, no Rio de Janeiro.

No livro de Silva Campos encontramos notícias do projeto do Ginásio. Diz ele que “em homenagem à data da elevação de Ilhéus à categoria de cidade, o prefeito assinou contrato de construção do futuro Ginásio Municipal. Isso foi em 28 de junho de 1935.”²¹

Em setembro de 1935 foi inaugurada a Escola Comercial, um outro marco importante na implantação da educação na cidade. Diz Silva Campos que foi *fundada sob os auspícios da Associação dos Empregados no Comércio*, numa iniciativa do sr. Álvaro de Melo Vieira, comerciante e importante empreendedor, integrante ativo da Associação Comercial de Ilhéus. Esta escola era de natureza privada.

Em 1935, foi feita a concorrência para a construção do Ginásio de Ilhéus, sagrando-se vencedor o engenheiro Osório de Carvalho, que já havia construído muitas obras na cidade, pessoa conceituada e importante, um dos fundadores

²¹CAMPOS, 1981. p. 487.

do Clube Social de Ilhéus. As providências preliminares para a construção tiveram início em julho de 1935 e em 20 de setembro o prefeito Eusínio Lavigne lançou ‘a pedra basilar’. A obra foi concluída no início de 1938. O prefeito Eusínio Lavigne havia saído do cargo em 1937, por motivos políticos, e o prefeito que o substituiu, o Dr. Mário Pessoa, tomou posse em 19 de março de 1938, nomeado pelo Interventor Federal Dr. Landulfo Alves de Almeida.

O prédio foi construído com verba levantada através de uma taxa de cobrança de dez por cento, lançada sobre todos os impostos municipais. Segundo Raimundo Sá Barreto, uma memória viva da história de Ilhéus, naquela época, mesmo em tempo de ditadura, os municípios possuíam mais autonomia e podiam criar impostos. Foi assim que o prefeito Eusínio Lavigne criou esta taxa de dez por cento sobre todos os impostos cobrados pela prefeitura. Mesmo quando se comprava uma propriedade, e a pessoa fosse pagar o Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITIV), naquela época cobrado pela prefeitura, também incidia esta taxa de dez por cento para construção do Ginásio. Quanto à cobrança deste imposto há uma certa controvérsia; na declaração de Sá Barreto, a população, em nenhum momento discutiu a validade da idéia, aprovando o pagamento da taxa, certa de que a causa era válida, e esta taxa ainda continuou sendo cobrada por mais de duas décadas, agora para outros fins.

O prof. Leopoldo Campos Monteiro, embora só viesse a residir em Ilhéus em 1949, na entrevista que nos concedeu, comenta sobre a insatisfação por parte de certos segmentos da sociedade com a cobrança da ‘Taxa do Ginásio’, instituída pelo prefeito Eusínio Lavigne. Informou que o Ginásio atendia não só ao município de Ilhéus, mas a todos os municípios circunvizinhos e que só Ilhéus contribuía com

essa pesada carga. Muitos não achavam justo e o assunto foi até objeto de estudo porque os outros municípios não contribuíam financeiramente. Mas o fato é que, mesmo com a discordância de algumas pessoas ela foi cobrada.

O engenheiro Osório de Carvalho entregou o prédio ao prefeito em 1º de janeiro de 1939 e houve uma grande festa de inauguração. *O prefeito Mário Pessoa fez realizar o ato com solenidade, declarando inaugurado o suntuoso prédio naquela data, em homenagem ao Dia do Município*, diz o Diário da Tarde, mais adiante complementando que a solenidade representava a vitória não só da administração pública, que muito se esmerou para realizá-la, mas principalmente da população que a apoiou, prestigiou e aceitou, satisfeita, o ônus da taxa especial criada para este fim. O jornal não poupa elogios ao educandário.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRÉDIO

O prédio foi concebido em forma de ‘T’, com a fachada principal voltada para o sul. Possuía inicialmente 2 pavimentos com salas e um terceiro que era um terraço aberto para atividades físicas dos alunos. O projeto do prédio foi feito para receber 300 alunos. A parte central do ‘T’, que fica do lado posterior, é ocupada pelo auditório, segundo o jornal da época *auditorium*, que era ‘destinado a conferências, cinema e teatro’.

Internamente estava dividido em salas que o jornal chama de células, destinadas ao ensino teórico, algumas *standard*, outras para o ensino secundário, profissional, comercial, escola normal e também para os cursos práti-

cos gerais, como gabinete laboratório de física, química e história natural, atelier de desenho e modelagem. para o serviço administrativo e o corpo docente: direção, secretaria, tesouraria, saleta, sala da congregação, entrada principal, vestíbulo, sala de espera. Para assistência social, higiene e profilaxia: consultório médico com fichário biotipológico, gabinete dentário, enfermaria e farmácia de emergência. Possuía ainda cozinha e refeitório para refeições leves. Para cultura geral estava reservado um espaço para a biblioteca, museu e auditório com 324 lugares.

Todos os detalhes foram pensados. Os alunos teriam o refeitório e o local reservado ao recreio coberto, para se agruparem a fim de estudar. A portaria e o almoxarifado ficavam localizados na parte anterior do auditório. Havia um local para a helioterapia onde “as irradiações atínicas serão idealmente desfrutadas no terraço coberto”. E a “hidroterapia: do terraço coberto a escada conduz diretamente aos chuveiros-lavabos.”

A iluminação deveria ser natural, semidireta e difusa, através de vidros. “O número de ‘Lux’, calculado segundo o ambiente e suas funções, eliminando-se os reflexos e as reverberações, bem como as sombras e os contrastes.”

O Laboratório de Física e Química deveria mostrar, de modo aparente, por meio de cores diferenciadas, o mecanismo da instalação elétrica.

A ventilação deveria ser natural, constante por gravidade e dirigida através de janelas em oposição. “Método de eleição por motivo de conforto e economia.” O jornal complementa ainda, colocando todos os detalhes sobre o projeto, como as janelas que deveriam ter bandeiras basculantes; as

escadas seriam resistentes, com ângulos retos, numerosas, mas não muito largas para evitar correrias; as portas teriam o mínimo de um metro; os corredores com dois metros; a entrada deveria ter 15 metros de distância do alinhamento; a água de consumo deveria ser abundante, potável, conservada fresca e distribuída em “fontes especiais”.

Um detalhe de que muitos não se deram conta, é que, o Ginásio foi construído para fazer parte de um complexo onde estavam (e ainda estão) inseridos o Ginásio de Esportes e o campo de Futebol. Naquela época só existia, no mesmo padrão, o Estádio do Palmeiras em São Paulo. Segundo Sá Barreto, quem vendeu aquele terreno para o prefeito Eusígnio Lavigne foi um tio seu, Raimundo do Amaral Pacheco, importante figura da sociedade local e um dos fundadores da Maternidade Santa Isabel e que, para também colaborar, vendeu a um preço muito baixo, sendo que a escritura foi lavrada para ‘Praça de Esportes do Ginásio Municipal’. Este detalhe na escritura impediu que mais tarde a Prefeitura pudesse dispor da área do campo de futebol para outros fins.

A orientação sul da fachada principal e das salas de aula foi planejada para favorecer “um ambiente de frescura, indispensável em clima tropical.” No projeto registra-se a preocupação com a cota do terreno, com o escoamento das águas pluviais para evitar infiltrações, enchentes e águas subterrâneas, visto que anteriormente a avenida Canavieiras, onde se localiza o educandário, era um local pantanoso e alagadiço. O projeto também falava da arborização que deveria ser intensamente desenvolvida, mas sem interceptar a luz do prédio. Prevvia-se, naquela época, uma extensão para o lado do Parque da Boavista, então apenas uma fazenda, como possibilidade de uma escola de agricultura.

Podemos dizer que foi um projeto arrojado, ousado, feito por pessoas que não pensavam só no presente, mas que entenderam que o futuro traz grandes mudanças, que as necessidades do amanhã podem ser muito maiores. O colégio foi construído para abrigar 300 alunos. Somente dez anos depois é que atingiu esta marca, mas hoje, sessenta anos depois, pôde crescer para os 1400 que estão matriculados no presente ano de 1998. A escola pôde crescer porque foi reservado espaço para isto. Só pessoas com capacidade muito grande de visão poderiam imaginar uma escola deste porte. Ouvi de um aluno da primeira turma, e mais tarde secretário do colégio, Walter Mônaco, a seguinte frase: “Considero Mário Pessoa um injustiçado em Ilhéus, pois as pessoas não lhe dão o verdadeiro valor”.

Ele fez grandes obras em Ilhéus e projetou outras, mas muitas delas foram abortadas pelos prefeitos que o sucederam. Tivemos a oportunidade de apreciar o projeto que ele mandou desenvolver para o aeroporto de Ilhéus, que foi feito nesta mesma época e que continha duas pistas: a atual, que foi executada na época, e uma outra formando um ângulo de 45°, entrando pelo bairro chamado hoje de Nelson Costa. Naquela época a cidade era muito menor e não havia necessidade das duas pistas. Durante muitos anos essa situação permaneceu. Mas acabaram permitindo que fosse feita uma invasão no local da segunda pista, e hoje nós choramos amargamente o nosso aeroporto: a pista é pequena, é considerada a segunda mais perigosa do país e é impossível de ser aumentada, pois está espremida entre o rio e o mar.

No final do século XX, o cacau deixou de ser a economia principal da região sul da Bahia. A indústria e o turismo vêm

se apresentando como as alternativas mais viáveis. Tudo isso passa por um aeroporto. Enquanto Porto Seguro pode ver sua pista principal ser ampliada para receber grandes jatos vindos da Europa, quando surge a notícia da construção do aeroporto de Canavieiras, e outros mais, nós ficamos sem alternativas, pois o nosso, espremido entre o rio e o mar, entre os populosos bairros do Nelson Costa e Pontal, não tem como crescer, e nós ficamos angustiados, aguardando que uma solução apareça para resolver o problema. Se as pessoas não fossem tão incoseqüentes, se nossos governantes não pensassem somente no dia de hoje, certamente esta região seria uma das mais ricas do Brasil e não estaria sofrendo toda esta crise.

O COMEÇO DAS ATIVIDADES

Na edição do dia 10 de fevereiro de 1939, o Diário da Tarde traz a grande matéria que já citamos anteriormente sobre a construção do prédio e a entrega do mesmo à Prefeitura, mas coloca como duvidosa a inauguração do estabelecimento naquele ano. O jornal não poupa elogios ao magnífico educandário, cuja obra teve a duração de quase quatro anos, “assinalando uma verdadeira e edificante vitória, não somente no particular da educação complementar, mas também no do embelezamento urbano.” Havia dificuldades burocráticas a serem vencidas para que o Ginásio entrasse em funcionamento.

A primeira dificuldade foi de ordem técnica quanto à construção do prédio. O prefeito Mário Pessoa não aceitou a obra como pronta. Havia falhas na construção que poderiam comprometer a estrutura do imponente prédio; falhas

de vazamento nas instalações hidráulicas e na impermeabilização no terraço.

Em um artigo escrito pelo Dr. Heitor Dias, publicado pelo Diário da Tarde em 14 de setembro de 1994, ele diz que o primeiro contato que teve com o prefeito Mário Pessoa foi em 1938, numa reunião social e que o prefeito lhe falou da urgência em inaugurar o educandário, mas que “faltavam, porém, alguns serviços essenciais em harmonia com o projeto do arquiteto Lelio Landucci, e de acordo com a destinação da obra.”²²

Mais adiante ele diz que:

*com surpresa, fui convidado certa tarde - isso nos fins de 1938 - para ir ao Gabinete do Prefeito, sob a chefia do austero e competente Leones Fonseca. Recebido com a fineza de tratamento que lhe era peculiar, o Dr. Mário entrou direto no assunto. Tinha a inauguração do Ginásio, como sua preocupação maior e queria convidar-me para seu Diretor, com a recomendação de que desejava que os cursos se inaugurassem no começo de março de 1939.*²²

O primeiro diretor do Ginásio, Dr. Heitor Dias, diz ainda, na sua crônica, da preocupação do Prefeito em colocar como condição da maior importância a de que não se permitisse política no Estabelecimento. O Brasil de Getúlio Vargas, do golpe de 1937, e a iminência de uma guerra na Europa preocupavam o Prefeito no seu intento de criar uma instituição de ensino que atendesse às necessidades da população do sul da Bahia e que não se deixasse influenciar por interesses políticos, fossem eles quais fossem. Pelos depoimentos

²² Heitor Dias - O Diário da Tarde.

tomados, pode-se perceber o quanto fazia falta uma escola de segundo grau na imensa região que abrange o que hoje chamamos de Sul da Bahia, e como os dois prefeitos envolvidos neste projeto lutaram para que desse certo.

Naquela época o mobiliário já havia sido encomendado, eram cerca de 300 carteiras, e deveriam chegar de Santa Catarina a qualquer momento. O corpo docente já estava escolhido, mas dependia ainda de registro no Departamento de Educação. A notícia finaliza dizendo que “a prefeitura municipal, contudo, não perdeu ainda as esperanças de ver o Ginásio Municipal funcionando ainda este ano, para consolidar a grande obra de que a construção do majestoso edifício foi, certamente a mais importante etapa.”

Em 15 de março de 1939 foi inaugurado oficialmente o Ginásio Municipal de Ilhéus, com ato solene. O Diário da Tarde do dia 14 de março traz como nota de destaque a instalação dos cursos, dizendo que a solenidade seria presidida pelo Prefeito Mário Pessoa, e que o chefe do executivo “prestará significativa homenagem ao Presidente Getúlio Vargas, cujo retrato será inaugurado no auditorium novo do estabelecimento de ensino”. A notícia assinala a grande importância do fato, por ser o Ginásio de Ilhéus “a maior instituição de ensino do interior do estado da Bahia.”

No dia 15 de março de 1939, portanto, 35 dias após a publicação daquela reportagem do Diário da Tarde, o Ginásio Municipal de Ilhéus abria suas portas numa solene inauguração com a presença de autoridades civis, militares e eclesiais, tendo como grande “estrela” o então Bispo Diocesano D. Eduardo Herbenhold, um dos idealizadores da Catedral de São Sebastião e a quem a população venera, hoje, como santo.

No mesmo dia da inauguração foram prestados os exames de admissão, tendo seus objetivos sido atingidos plenamente. No primeiro ano, o Ginásio funcionou apenas com a primeira série do Curso Ginásial, com os alunos que haviam passado no Exame de Admissão. Foi somente no segundo ano de atividades, em 1940, que foram instalados os outros cursos.

Inicialmente o Corpo Docente foi formado por professores daqui da cidade, pessoas que deixaram seus nomes gravados na História da Educação do Município de Ilhéus, como as professoras Horizontina Conceição e Laís Matos, o padre Euclides Costa, o sargento Amaro para Educação Física e o Corpo Docente foi completado com professores que vieram da cidade de Santo Amaro, local onde o diretor, dr. Heitor Dias, havia exercido o magistério anteriormente.

A escola começou a funcionar aos poucos, primeiro atendendo aos que prestaram exame de admissão, e depois ampliando seus cursos e recebendo alunos transferidos de Salvador, que já sabiam com que qualidade e zelo estava sendo tratado o ensino no IME.

Nas palavras do Dr. Heitor Dias:

o Ginásio se impôs e ganhou os aplausos e a confiança da população. Presente às paradas cívicas, promovi representações que atestavam o desembarço e o preparo dos jovens. O Ginásio cumpria sua missão. Assim, o festejado escritor Jorge Amado, nos idos de 1940, inscreveu no 'Livro de Visitas', que o Ginásio era a melhor arma da cidade. (Heitor Dias).

O ex-Diretor Heitor Dias, que também foi professor de Português do Ginásio, encerra sua crônica com as belas

palavras “de mim, me comprazo de ter dedicado o melhor do meu entusiasmo e do meu idealismo em favor da mocidade de Ilhéus, admirável cidade que surge sempre aos meus olhos como um pedaço de céu boiando no Atlântico.”

Segundo o depoimento de Walter Mônaco Conceição, aluno do segundo ano da instituição e concluinte da turma de 1942, o Ginásio foi um sonho de Eusínio Lavigne, que se incumbiu e se esmerou para construí-lo, mas quem se apaixonou por ele foi Mário Pessoa que, no impedimento do primeiro, se incumbiu de aparelhá-lo e colocá-lo em funcionamento.

A esposa do sr. Walter, D. Lourdes, foi aluna da primeira turma, prestou o primeiro exame de admissão juntamente com muitos outros alunos e mais tarde foi secretária da instituição. Aos alunos que prestaram exame de admissão vieram juntar-se muitos outros rapazes da região que estudavam em Salvador, que tendo notícia de que o colégio era muito bom, requereram transferência para o Ginásio de Ilhéus. “Foi no segundo ano de vigência que o Ginásio começou a receber alunos transferidos de outras localidades.”

Segundo D. Lourdes, eles puderam concluir o curso ginasial em 1942 em função da Reforma Capanema. O sr. Walter veio transferido da 5ª série do colégio Antonio Vieira, em Salvador. Junto com ele vieram mais sete alunos. Eles fizeram somente o quinto ano de ginásio. Quando terminou o curso, dr. Heitor, o diretor do Ginásio convidou-o para trabalhar na secretaria da escola. Do seu primeiro diretor, dr. Heitor Dias, disse-nos o entrevistado: “O Ginásio teve um início muito marcante pela presença de Heitor Dias. “Era uma inteligência vibrante, um homem de uma simpatia enorme e com a capacidade de um professor de português de primeira qualidade.”

Nossos entrevistados afirmam que havia igualdade entre pobres e ricos na clientela acolhida pelo Ginásio. É bem possível que sim, mas pesquisando um pouco da história da educação no Brasil, entendemos de forma duvidosa esta igualdade. Em 1939, começo da década de 40, estudavam os pobres ‘ousados e ambiciosos’, aqueles que sonhavam mais alto. Os números nos mostram, pelo índice de analfabetismo, que a grande maioria dos pobres nem sequer pensava em freqüentar uma escola.

Como já vimos anteriormente, antes da inauguração do Ginásio as crianças não possuíam tantas opções de escola; os adolescentes que quisessem prosseguir nos estudos deveriam seguir para Salvador. Portanto, quando da inauguração do Ginásio, a população que encontrou vaga no estabelecimento foi a de classes média e alta, pois a escola era modelo. Isto foi atestado por todos e foi uma forma de prender os rapazes mais próximos da família por um tempo maior. Evidentemente que as portas estavam abertas para todos e o critério adotado na escolha dos alunos era a vontade de estudar e a capacidade de acompanhar os cursos. Ainda era comum, naquela época, as pessoas aprenderem em casa e se tornarem autodidatas.

A clientela alvo, pelo menos nos primeiros anos do Ginásio, eram os rapazes da elite, porque as moças, desde 1917, já podiam estudar no colégio das freiras ursulinas. Estas moças, as de famílias mais recatadas, mais *snoobs*, certamente não freqüentariam o Ginásio, porque, naquela época, moça de família não se misturava com homem, em nenhuma hipótese. Para as moças de origem menos abastada e que tivessem vontade de estudar, para estas, sim, o Ginásio veio trazer uma grande luz e um caminho. Ou, então, para aquelas que estivessem dispostas a romper

certas barreiras, pois sabemos, que estas sempre existiram em todos os tempos e em todos os grupos sociais. A rigidez de comportamento no colégio da Piedade era tão grande que, contou-nos o prof. Leopoldo Monteiro, na década de cinquenta, quando ele ensinou lá, às dezoito horas fechavam-se as portas, soltavam-se cachorros ferozes, e, depois disso não entrava mais ninguém, só no dia seguinte, quando prendessem os cachorros.

A idéia inicial era fazer um colégio nos moldes do Colégio da Bahia, de Salvador e do Pedro II no Rio de Janeiro, ambos colégios modelo, melhores que qualquer colégio particular. E assim foi feito. Todos os depoimentos confirmam isto. Segundo o sr. Walter Mônaco, “aluno que saía de lá, fazia vestibular e passava”. O casal Walter e Lourdes tem muito orgulho de ter estudado no Ginásio e de que seus filhos também tenham passado pela instituição. Eles se dizem ‘alunos-avós’ da instituição. Informam sobre a beleza das festas cívicas, o carinho com que o diretor conduzia as apresentações do corpo de alunos, e até quando havia uma solenidade, o convidado a discursar era sempre uma pessoa muito brilhante, como é o caso do padre Abranches, que foi convidado para fazer o discurso no dia da inauguração do educandário.

Sobre a disciplina, eles nos dizem que era bastante rigorosa e que o diretor fazia questão de conduzir pessoalmente, “isso ele tinha na mão mesmo, a disciplina do Ginásio”. O corpo de serventuários era restrito, não havia necessidade de ter tanta gente assim trabalhando, e ele gostava de orientar a todos. “Eu recebi muita influência para a existência, dos ensinamentos dele, não só na parte didática, como na parte de orientação, de formação moral e cívica, enfim do que se pode chamar de educar. Ele era um educador de primeira ordem.”

Sobre a farda, era o que podemos chamar de ‘um luxo’. A farda feminina era uma saia grená, pregueada, com uma blusa de palha de seda bege. E os rapazes usavam calça cáqui. Usava-se gravata grená com riscos correspondentes ao ano em curso. Por exemplo: os alunos do primeiro ano usavam uma lista bege na gravata, os do segundo duas, e assim por diante.

Até o ano de 1942 o Ginásio foi implantando seus cursos, aumentando o número de alunos, enfim, estabelecendo-se como escola de nome e de serviços prestados à comunidade.

As informações que se seguem foram retiradas da entrevista que nos foi concedida pelo casal Walter e Lurdes Mônaco.

Quando o Brasil entrou na II Guerra Mundial, o colégio foi surpreendido pela ocupação do Exército. Em um certo dia de 1942, Sr. Walter estava trabalhando normalmente na secretaria, “quando entraram dois ou três oficiais, capitão Moacir, capitão Mendes e um tenente..., procurando saber das instalações do Ginásio, onde é que botava o corpo da guarda, onde é que botava a Casa das Órdens...”

Sr. Walter entrou em pânico, quis reagir dizendo que não era assim, que não podia entregar, que era necessário esperar o diretor chegar de Salvador, enfim, apresentou resistência. Os oficiais não aceitaram argumento, disseram que já haviam falado com o prefeito e já estava decidido. Para não entregar o colégio sem a presença do diretor, o sr. Walter passou um telegrama para o dr. Heitor Dias, que veio imediatamente, mas apenas para formalizar um ato que já havia sido decidido.

Durante o período de 42 a 45, o Ginásio de Ilhéus funcionou nas instalações da Escola Comercial, estabelecimento já

citado neste trabalho e que está situado na mesma avenida e em frente ao Ginásio. O Ginásio funcionava de dia e a Escola Comercial à noite.

Segundo Sá Barreto, o colégio General Osório, um colégio estadual que havia sido inaugurado em 1915 com o ensino fundamental, desde 1930 havia sido ocupado pelo exército. Tal era a importância da educação para as autoridades brasileiras.

O que o Exército fez com o prédio é difícil de imaginar. As instalações novinhas, muito bem cuidadas, um brinco para o orgulho de todos, foram totalmente transformadas em quartel. Os banheiros que serviam para o banho dos alunos foram transformados em banheiro coletivo para soldado, derrubaram paredes, criaram outras, entraram como se fossem os donos da casa.

Com este problema, um outro foi criado no Ginásio. As instalações da Escola Comercial eram menores e a direção do Ginásio teve que restringir o número de alunos, criando dificuldades na matrícula e fazendo seleção para os que entravam.

Nesta época o sr. Walter foi convocado para o Exército e continuou a trabalhar na mesma sala em que trabalhava como Secretário do Ginásio. Interinamente tomou o seu lugar a senhora Leonor Otero, professora do estabelecimento e, posteriormente, foi nomeada pelo diretor Heitor Dias a senhora Lurdes Mônaco Conceição, esposa do sr. Walter, que permaneceu e se aposentou no cargo em 1971.

A ocupação do Ginásio pelo Exército foi tão ampla que atingiu também o Estádio Municipal, onde ficava alojada grande parte da tropa. O rancho e a parte de Educação Física ficavam no Estádio e a Direção Central ficava no prédio

do Ginásio. Após o final da guerra, em 1945, o prédio do Ginásio Municipal foi devolvido à prefeitura.

Até o ano de 1948 o Ginásio funcionou com os professores contratados, recrutados em Ilhéus pelo diretor Heitor Dias, como já citamos anteriormente. Nessa época, o prefeito era o sr. Artur Leite da Silveira, e o diretor do IME, sr. Arlindo Fraga Leite, médico, que idealizou o concurso para professor catedrático autorizado pelo Prefeito, abriu as inscrições para o concurso, que veio a se realizar.

Como em Ilhéus não houvesse condições satisfatórias para a realização do concurso, como não houvesse congregação, foram abertas as inscrições, e a realização do mesmo foi feita no Colégio da Bahia, em Salvador. Foram os seguintes os professores aprovados no concurso realizado em abril de 1949 para professor catedrático do Ginásio Municipal de Ilhéus: Professor Leopoldo de Campos Monteiro para História do Brasil; dr. José Cândido de Carvalho Filho para História Geral; Prof. Milton Santos, que viria a ser um grande nome como geógrafo da Universidade de São Paulo, para Geografia; dr. Washington Landulfo, médico e livre-docente da Universidade da Bahia, para Francês; dr. Gilvan Queiróz, único candidato de Ilhéus, para Inglês; e o cônego Mário Fernandes para Latim. Eram todos professores conceituados, tendo o cônego Mário uma gramática latina de sua própria autoria, fato bastante raro àquela época.

A realização do concurso deixou os professores contratados aborrecidos e enciumados. Eles se sentiram preteridos, alguns renunciaram ao cargo, outros ficaram zangados achando que era perseguição política, e o prof. Leopoldo de Campos Monteiro contou-nos, em entrevista, que foi preciso algum trabalho para que eles, os catedráticos, fossem aceitos e a paz voltasse a reinar. Segundo ele, os professores

contratados não queriam aceitar os catedráticos e ainda entraram na justiça, porque estavam se sentindo prejudicados. Com o crescimento do número de alunos e de cursos, os professores contratados posteriormente foram efetivados, considerando-se o tempo anterior “e deram uma inestimável colaboração ao trabalho do colégio.”

Em 18 de junho de 1949 foi realizada a primeira sessão da Congregação do Ginásio Municipal de Ilhéus. Participaram cinco, dos seis catedráticos, pois o Dr. José Cândido de Carvalho Filho encontrava-se na capital. A ata da reunião esclarece que só existiam seis catedráticos, em virtude de ter sido este o número aprovado por lei. A finalidade da reunião, segundo a ata, seria dirigir uma moção de confiança ao diretor do estabelecimento, dr. Arlindo Fraga Leite. Diz o texto:

*Os professores catedráticos do Ginásio Municipal de Ilhéus, reunidos em sua primeira sessão da Congregação, resolvem apresentar ao diretor deste estabelecimento, dr. Arlindo Fraga Leite, o testemunho de sua solidariedade e apreço, tendo em vista a sua dedicação e trabalho, em prol do desenvolvimento cultural deste município.*²³

Pedindo a palavra, o diretor Arlindo Fraga Leite justificou a ausência dos professores contratados, pois só era permitida, nas reuniões da Congregação, a presença dos professores catedráticos. A seguir, cada professor foi pedindo a palavra, sendo votados os seguintes pontos:

- Reforma do estatuto do Ginásio Municipal de Ilhéus, que deverá se aproximar o máximo possível do Colégio

²³Livro de Ata da Congregação - p. 8

Pedro II, do Rio e do Colégio Estadual da Bahia, de Salvador.

- O diretor deverá ter completa autonomia sobre os problemas de disciplina.
- Voto de prestígio e confiança à ação do vice-diretor, dr. Antenor Browne.
- Transferência das aulas de ginástica para a manhã.
- Condições de funcionamento para as aulas de religião.
- Sugestão para que o Ginásio comemorasse as datas cívicas com as solenidades devidas.
- Sugestão para a criação da Associação de Pais e Professores, com a finalidade de aproximar os pais dos professores.
- Visita de agradecimento e cortesia ao Prefeito Municipal, sr. Artur Leite da Silveira.

Com a instituição da cátedra, o colégio ganhou um nome ainda mais respeitado e novas esperanças em relação ao seu crescimento. A cátedra no Instituto Municipal de Educação, como em outros casos, também era vitalícia, ou seja, uma vez empossado o professor, não era mais possível perder o lugar. A data em que começava a contar a vigência dos direitos do catedrático era a da posse, não a do início do exercício. Diz o prof. Leopoldo Campos Monteiro que um catedrático ganhava muito bem, sendo esta uma forma de estimular a sua vinda para Ilhéus; ele tinha o direito de escolher em quais turmas queria ensinar, quais os seus horários, e o que sobrasse é que iria para o contratado. Ele tinha todo o direito, se quisesse, de acompanhar uma turma que fosse boa. Enfim, o professor catedrático, ao passar

no concurso, adquiriria todos os direitos de privilégios no colégio, “ele tinha, como catedrático, o direito de indicar o livro, escolher o horário, escolher as turmas e se queria dar aula suplementar.”²⁴

A instituição da cátedra numa escola municipal foi uma inovação, pois até então só as escolas estaduais a possuíam. O Ginásio Municipal de Ilhéus foi o primeiro de município a ter professores catedráticos, e o primeiro concurso realizado na própria instituição foi para a admissão do prof. Pedro Lima, de português. Este concurso marcou a saída do diretor Fraga Leite, pois segundo nos conta o prof. Leopoldo, um professor que veio de Salvador para fazer parte da banca examinadora, não teria agido corretamente, esperando que o prof. Pedro Lima não se apresentasse muito bem, deixando de somar os pontos que lhe havia atribuído. O professor Pedro Lima não conseguiu obter a nota mínima, sete, e foi reprovado. Isso gerou um descontentamento muito grande por parte da comunidade e até dos outros professores. Por fim, saiu o diretor e o professor foi realmente aprovado como queria a maioria, inclusive a banca examinadora.

Examinando o Livro de Atas da Congregação, encontramos toda a polêmica causada pela realização desse concurso. Com o passar do tempo as lembranças vão sendo amenizadas e nem sempre o que pensamos corresponde à realidade. Vários entrevistados falaram desse concurso para a cátedra de português como algo importante e polêmico que aconteceu na vida do IME. O Livro de Atas nos parece bastante claro no que registrou sobre o assunto. Tentaremos fazer um resumo do que nos traz esta ata.

²⁴ Livro de Ata da Congregação.

Na verdade não é uma ata, mas duas. A primeira, datada do dia 21 de agosto de 1950 com o título de “Ata da Sessão da Congregação, para tomar conhecimento do horário das provas e da lista de pontos para prova escrita do Concurso à cátedra de Português, do Colégio Municipal de Ilhéus”.

Pudemos observar nessa ata que no ano de 1950 o auditório que havia recebido o nome de presidente Getúlio Vargas, nessa época passou a se chamar Artur Leite da Silveira em homenagem ao prefeito; que a Congregação foi convocada para o fim de opinar sobre a organização do horário para o concurso da cátedra de Português, a composição da lista de pontos e a constituição da Banca pelos professores Cristiano Müller, Álvaro Vasconcelos Rocha, de Salvador e Leopoldo Campos Monteiro, representante do Ginásio.

LISTA DOS PONTOS PARA A PROVA ESCRITA DO CONCURSO DE PORTUGUÊS DO COLÉGIO MUNICIPAL DE ILHÉUS

1. Interpretação e comentário de estâncias de Camões.
2. Da constituição do léxico português.
3. Análise literária completa de um trecho de Vieira.
4. Das formas convergentes e divergentes e suas causas.
5. Das leis fonéticas.
6. Análise literária completa de um trecho de Herculano.
7. Estudo da etimologia, evolução e sintaxe dos pronomes.
8. Das escolas literárias e seus principais representantes.

9. Da construção clássica e moderna.
10. Estudo, com exemplificação, da linguagem figurada.
11. Da morfologia histórica dos verbos *ir* e *pôr*.
12. Análise literária completa de um trecho de Bernardes.
13. Análise literária completa de um trecho de Rui.

A segunda ata está datada de 24 de agosto de 1950, três dias após a anterior, contendo o título de: “Ata da Sessão da Congregação convocada, de acordo com o Regimento Interno deste Estabelecimento, para conhecimento do parecer da Comissão Julgadora do Concurso de Português do Colégio Municipal de Ilhéus”. O concurso teve como candidato único o prof. Pedro Ferreira Lima, cujo nome, em nenhum momento é citado na ata.

Estavam presentes na reunião, os seguintes catedráticos: cônego Mário Fernandes, dr. Washington Landulfo, prof. Leopoldo Campos Monteiro, dr. Milton Santos, dr. Gilvan de Queiróz e o prof. José Cândido de Carvalho Filho, presença completa dos seis catedráticos da instituição, presididos pelo diretor do estabelecimento, dr. Arlindo Fraga Leite.

A ata esclarece que a reunião foi convocada pelo diretor, por solicitação do prof. Gilvan de Queiróz e que a Congregação tomou conhecimento da aprovação do candidato único à cátedra de Português.

Está escrito na citada Ata:

Com a palavra, o Diretor fez uma síntese de suas atividades e de seus grandes esforços no sentido de moralização do ensino neste Educandário, alegando a certa altura, que não obstante a sua posição lhe impedir de votar, nem por isso estaria impossibilitado de emitir a sua opinião sobre o referido concurso,

opinião esta, que em virtude do desenrolar das provas constituía amarga decepção a tantos esforços em prol do alevantamento geral do ensino no Estabelecimento (p. 7v).

Diz ainda que iria aguardar a decisão da Congregação para poder decidir sua situação.

Continuando o assunto, é franqueada a palavra para discussão do mesmo parecer pedindo-a, o prof. Milton Santos que se reporta à Portaria Ministerial a que alude o parecer, lembrando que a discussão seria feita em torno de alguns artigos da Portaria Ministerial.

A seguir fala o prof. José Cândido de Carvalho Filho - contrário ao parecer da Comissão Julgadora votando, por isso, pela rejeição do parecer, considerando o candidato reprovado, alegando que “as notas atribuídas pelos examinadores aos títulos apresentados são demasiadas, uma vez que o candidato não apresentou nenhum título universitário” (p.8).

Continuando sua análise, o prof. José Cândido faz uma comparação desse parecer com aquele sobre a prova do dr. Washington Landulfo quando este concorreu à cátedra de francês e “teve os seus títulos postos à margem pela comissão, sendo-lhe atribuída a nota sete (7,0), o que foi reconhecidamente uma injustiça. O fato demonstra não ter havido critério na aplicação das notas aos títulos dos candidatos” (p. 8v). O prof. Leopoldo Campos Monteiro ficou ofendido com a expressão “falta de critério” e se retirou da reunião, já que ele não poderia votar o parecer, pois havia participado da banca examinadora. O prof. José Cândido se justifica dizendo que empregou a palavra ‘critério’ no sentido de falta de análise e comparação com outras provas

anteriores, mas que não colocava em dúvida a honestidade dos membros da comissão julgadora.

O professor questiona ainda a nota atribuída pelo prof. Cristiano Müller, uma vez que o candidato declarou não se sentir capaz de responder à argüição. Rejeitou também a nota dez (10,0) atribuída pelo prof. Leopoldo por achá-la imerecida, “uma vez que o candidato não discorreu com o devido conhecimento da matéria, portanto não merecendo a nota máxima” (p. 9).

O prof. Gilvan de Queiróz também não concordou com o parecer e se confessa decepcionado com o resultado. “A aprovação do candidato, algumas das notas que lhe foram atribuídas estão em gritante contradição à realidade dos fatos” (p. 9). Dá como exemplo o julgamento dos títulos do cônego Mário que havia chegado ao ápice da carreira de magistério como professor da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, com inúmeros trabalhos publicados. Fala também da sua situação, com especialização em Inglês pelo Instituto Cultural Brasil - Estados Unidos e ambos não conseguiram a nota atribuída ao professor de Português, que “é público e notório” não possuir título universitário, e não ter trabalho publicado. Diz ter causado estranheza as notas atribuídas pelos professores Cristiano Müller e Álvaro Rocha na defesa de tese. “Como é do conhecimento geral, o candidato foi de uma infelicidade a toda prova na prestação dessa prova. Não respondeu, uma sequer, das perguntas elaboradas pelo prof. Álvaro Rocha” (p. 9).

Completa a sua fala, dizendo da repercussão que teve o fato entre a população e até na imprensa local e na da capital.

O dr. Milton Santos também discorda das notas atri-

buídas ao candidato e também compara com as notas dos professores Washington Landulfo e cônego Mário.

Na defesa de tese, o candidato nem demonstrou erudição, nem exibiu qualidades dialéticas, como aliás, recomendam as instruções reguladoras do presente concurso. Na verdade não respondeu satisfatoriamente, a uma sequer, das arguições que lhe foram feitas. (p. 9v).

Os professores Washington Landulfo e cônego Mário foram bastante reticentes, porém deram o voto concordando com o parecer da Comissão Julgadora.

A contagem dos votos da Congregação deixa clara a rejeição ao parecer da banca examinadora, considerando o candidato reprovado, e marcando para breve um novo concurso.

O Diretor declara que diante dos votos contra e a rejeição do parecer constituir maioria da Congregação em virtude de não poder votar o prof. Leopoldo Monteiro, que a diretoria providenciará o envio ao Exmo. Sr. Prefeito do resultado do concurso e da rejeição do parecer da Comissão Julgadora que implica em nulidade do referido concurso de Português.

Diante dos fatos apresentados foi proposto também o rompimento do contrato que o candidato possuía com a instituição. Não havia nenhuma possibilidade de recurso, pois a palavra máxima era a da Congregação.

Com a polêmica criada com o resultado do concurso para a cátedra de português, o diretor pediu demissão, pois se sentiu desprestigiado pela atitude da Congregação. A professora Eliana Sabóia esclareceu que a Associação

dos Estudantes Secundários (AS) era muito organizada, e possuía líderes muito atuantes, a exemplo de Gilberto Fialho, Paulo Hélio Cordier e Cantídio de Freitas, dentre outros. Esse grupo liderou um movimento de repúdio aos catedráticos, primeiramente quando eles chegaram, pois os professores contratados eram muito estimados. Depois do sucedido com o resultado do concurso para a cátedra de português, onde um professor contratado foi aprovado no concurso e teve seu nome rejeitado pelo parecer da Congregação, tudo isso foi suficiente para que se armasse uma tremenda confusão, findando com a manutenção do concurso e a queda do diretor, dr. Arlindo Fraga Leite.

No Livro de Atas, onde está registrada esta polêmica, a ata da reunião seguinte, foi em outubro de 1950, quando a Congregação se reuniu para deliberar sobre o concurso para a cátedra de Matemática. Na reunião para apreciar o parecer da Comissão Julgadora já estava presente, como catedrático, o prof. Pedro Lima. Nesta data o diretor já era o cônego Mário Fernandes. A comissão aprovou o parecer da comissão que não diz se o candidato à cátedra de matemática, prof. Antenor Browne, foi aprovado ou reprovado.

Em 1950, o Ginásio obteve a autorização para o funcionamento dos cursos clássico e científico e um ano depois era instalado o curso normal. A partir da instituição da Congregação, esta passou a solicitar todas as providências necessárias ao Ginásio como autorizações para funcionamento de cursos novos. Com a instalação do Curso Normal, o Ginásio passou a se chamar Instituto Municipal de Educação, dividido em Colégio Eusínio Lavigne (ginásial e colegial) e Escola Normal Mário Pessoa, “numa homenagem aos dois principais responsáveis pelo funcionamento do colégio.”²⁵

Também nos informa o prof. Leopoldo que quando chegou a Ilhéus, em 1949, o Ginásio ainda não possuía 300 alunos, ou seja, a capacidade para a qual havia sido projetado catorze anos antes.

No início da década de 50, funcionavam no estabelecimento o curso de ginásio, de primeira à quarta série; o primeiro e segundo ano do curso científico, pois o terceiro ano o aluno ia fazer em Salvador, para se preparar para o vestibular; e o curso normal. O professor Arléo Barbosa, no seu depoimento, reforçou a qualidade do ensino na instituição e o conceito que o estabelecimento havia formado em pouco mais de quinze anos de existência.

O curso de ginásio era tido como um dos melhores da Bahia. E uma prova que eu tenho disso é que eu quis entrar no curso técnico da Fundação Visconde de Cairu, que fica na praça da Piedade em Salvador, curso técnico de contabilidade. Eles exigiam dos alunos que iam para lá um teste e somente depois dessa seleção é que o aluno era matriculado. Eu cheguei e quando disse que estudava em Ilhéus, eles me disseram que não havia necessidade de o aluno de Ilhéus participar da seleção para a entrada no curso técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio da Fundação Visconde de Cairu. Por aí pode-se verificar o nome... o conceito de que gozava o Ginásio Municipal de Ilhéus, mesmo em Salvador.²⁶

Em meados da década de cinquenta a disciplina continuava rígida, os professores não faltavam e nem os alunos. Parece que havia um maior gosto pela aprendizagem, já que, ao contrário de hoje, a escola era o único lugar onde

²⁶ Entrevista com o Prof. Leopoldo Campos Monteiro.

era possível se encontrar o conhecimento. Diz o prof. Arléo que o prof. Pedro Lima, de Português, tinha o maior orgulho de ensinar há dez anos no colégio e nunca ter faltado a uma só aula.

O prof. Arléo Barbosa nos informa sobre a gramática editada pelo professor de Latim da instituição, o Cônego Mário. Ele dava suas aulas baseadas no próprio livro, fato bastante incomum entre professores secundários. Era um manual sobre o estudo do Latim. Ele fala com saudade do tempo em que estudou no ginásio, do carinho dos professores, e da influência que exerceram na sua vida. Diz ainda que o colégio era muito “puxado”, os professores não davam folga e a direção era exigente tanto com os alunos quanto com os professores. Outro fato interessante é que, na falta de um professor, o diretor ia pessoalmente para a sala de aula fazer uma atividade com o aluno.

Foram diretores do Ginásio de Ilhéus, além do dr. Heitor Dias e do dr. Fraga Leite, já citados anteriormente, o prof. Osvaldo Ramos, que deixou o ministério sacerdotal, homem de uma cultura enorme, prof. Dorival de Freitas, também sacerdote, e diversos outros nomes de valor.²⁷ O atual diretor, o prof. Raimundo Ferreira, diretor pela segunda vez, tem feito tentativas de manter um relacionamento mais próximo com o aluno, indo para a sala de aula na falta do professor.

Do diretor em sua época, prof. Osvaldo Ramos, nos diz o prof. Arléo Barbosa:

o diretor; por exemplo, na minha época, Osvaldo Ramos, era erudito, um homem que conhecia de tudo, desde o Latim, a História, a Matemática; um profes-

²⁶ Entrevista com o Prof. Arléo Barbosa.

²⁷ A lista completa dos diretores encontra-se no final dessa obra.

sor faltava, ele às vezes entrava na sala de aula para discutir o assunto da aula que nós iríamos ter naquele dia... então o que eu tenho de recordação como aluno é isso aí.

O prof. Arléo Barbosa voltou à instituição como professor na década de setenta e lá ensinou durante quinze anos.

Na entrevista que nos concedeu a bibliotecária Eliana de Sabóia Ribeiro, aluna do Ginásio e depois sua primeira bibliotecária, fala-nos sobre a farda da instituição nos anos cinqüenta. Ainda permanecia em casimira ou tropical cor de vinho com a blusa creme e a gravatinha com riscos de acordo com a série a que pertencia o aluno. Diz a sra. Eliana que quando cursou o Normal já era diferente, era blusa branca e saia azul-marinho. Os rapazes ainda usavam roupa cáqui, calça e jaqueta. Para as paradas cívicas havia um enorme cuidado com a apresentação da escola. A roupa do desfile era toda branca com tênis, que na época se chamava “gelado” ou “galopinho”.

Enquanto diretor, o prof. Osvaldo Ramos, tinha o maior cuidado para que a escola se apresentasse da melhor maneira possível nas paradas cívicas. A roupa era de fustão branco, camiseta de gola olímpica, um triângulo vermelho escrito IME. Os toques ou sempre diferentes a cada ano, eram ensaiados longe para que ninguém as copiasse e fossem sempre surpresas diferentes para agradar ao público e motivo de muito orgulho para todos.

Assim se expressa a professora:

Agora, as paradas eram assim o ‘hit’ de Osvaldo Ramos. Ele fazia questão. Até os toques, eles ensaiavam fora, porque sempre tinha uma novidade nos toques dos tambores, tinha uma porta-bandeira, que ele escolhia,

aluna mais alta, tinha Zilda, na minha época e Maria de Lurdes Maciel, eram altas.

E mais adiante conta que havia um pavilhão só de bandeiras brasileiras com as normalistas e o corneteiro. “Então nós formávamos aqui na Av. Canavieiras, e o Ginásio quando aparecia, com a sua bandeira linda, nacional, era uma bandeira especial, as bandeiras eram feitas pela mulher dele, D. Mariá. Era lindo o Ginásio quando aparecia.”

A sra. Eliana de Sabóia Ribeiro formou-se em professora na turma de 1955. Em 1959 foi convidada pelo diretor, prof. Osvaldo Ramos, para ser a bibliotecária da instituição. Posteriormente ela fez o curso superior de Biblioteconomia, no Rio de Janeiro. Em 1959, o diretor instalou uma biblioteca no Instituto, que segundo a depoente, foi muito bem montada, embora não fosse muito grande. A biblioteca estava instalada numa das salas redondas do primeiro andar e possuía o que havia de melhor na literatura brasileira, na filosofia, na religião, enfim o que havia de melhor na época.

Disse-nos que a biblioteca era muito freqüentada e como era feito empréstimo domiciliar, no dia em que abriu as portas, ficou praticamente vazia, pois os alunos levaram tudo, ficando só as obras de referência. Os livros saíam encapados, com capa removível e os alunos tinham muito cuidado. Os tempos eram outros e havia mais respeito pelo bem público. Naquela época, os pais dos alunos ou responsáveis, assinavam um termo de responsabilidade sobre qualquer dano que o aluno causasse às instalações do prédio. Os alunos possuíam mais noção de que cuidar da escola era uma necessidade para que ela permanecesse. Naquela época não havia televisão, Internet, nem as fontes de conhecimento que parecem querer ultrapassar a escola, deixando-a quase obsoleta.

Na década de sessenta, o país sofreu transformações decorrentes do golpe de 64, mas elas não chegaram a atingir o Ginásio de Ilhéus, como atingiram outras instituições nas principais capitais. Em 1963 aconteceram problemas entre os estudantes e o prefeito Henrique Cardoso, causados mais por causa de uma professora, do que pelos problemas políticos nacionais.

No Jornal Oficial do Município de Ilhéus do dia 21 de fevereiro de 1969 foi publicado o Decreto nº 23, assinado pelo Sr. Afro de Barros Leal Neto, presidente da Câmara de Vereadores no exercício do cargo de prefeito, aprovando o Regimento do Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal - CFPEN. Este curso era considerado de “nível superior, previsto no Parágrafo Único do Art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e criado pelo Decreto nº 143, de 29 de outubro de 1968.”²⁸

A região já contava àquela época com a Faculdade de Direito de Ilhéus e a Faculdade de Filosofia e de Economia de Itabuna. Havia, na região, um movimento para expandir a oferta de cursos universitários. Tanto assim que em 1974 foi fundada a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna - FESPI realizando seu primeiro vestibular no ano seguinte, em 1975. A criação do CFPEN fez parte desse movimento.

O curso tinha como objetivo “formar professores das disciplinas e práticas de preparação pedagógica para os cursos normais oficiais e particulares,”²⁹ e pode ser considerado um sucesso e uma grande iniciativa, pelo que representou como marco para a criação de uma futura universidade. Ele foi projetado para ter uma duração de quatro anos, foi au-

²⁸Jornal Oficial - Dos Fins e Variedades de Cursos - Art. 1º

torizado, mas não foi reconhecido. Por esse motivo só uma turma conseguiu concluí-lo em 1972, assim mesmo tendo que fazer uma complementação na FESPI, para conseguir a Licenciatura Plena em 3 áreas: Matemática, Estudos Sociais e Língua Portuguesa, esta com habilitação em Português, com Inglês ou Espanhol.

O curso foi idealizado por um grupo de professores do IME liderado pelos professores Osvaldo Ramos e Temira Sabóia Fraga de Almeida e era ministrado no horário compreendido entre os turnos vespertino e noturno. O Secretário de Educação do Município, o professor Leopoldo Monteiro também o apoiou bastante.

Uma marca do Instituto Municipal de Educação é que ele sempre procurou atender aos anseios e às necessidades da população ilheense. Se no início era mais procurado pela elite, ao longo dos anos ele foi se popularizando, prestando inestimáveis serviços aos menos favorecidos que possuíam o desejo de crescer como pessoa e profissionalmente, através do conhecimento e do saber.

Ao longo dos anos, nas três últimas décadas, foram criados novos cursos, os mais diversos, sempre visando a atender a estas necessidades. Podemos citar os seguintes cursos: Técnico em Contabilidade Bancária, Técnico em Administração, o Curso de Magistério, que foi, sem dúvida, o melhor oferecido por uma escola pública e também o Curso Científico, o que conseguia melhor resultados de aprovação no vestibular.

Por conta das mudanças sofridas em nosso país, alguns cursos perderam a função e deixaram de existir e com a mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira,

²⁹Jornal Oficial - Dos Fins e Variedades de Cursos.

a lei 9394/96, que determina que o governo municipal se encarregue apenas do curso fundamental, estão sendo extinguidos no Instituto Municipal de Ensino Eusínio Lavigne, os cursos de 2º grau, ou educação complementar.

É com tristeza que percebemos certas mudanças, principalmente quando sabemos que nem sempre o que se tem mudado no país tem sido para melhorar o nível da educação brasileira, a nosso ver o maior de todos os problemas que enfrentamos, nós brasileiros. Entendemos que só através da educação poderemos encontrar os verdadeiros caminhos que nos tirarão da crise e farão com que nosso povo melhore sua qualidade de vida.

Parte 2

BIOGRAFIAS

e

DOCUMENTOS

1. O idealizador: EUSÍNIO LAVIGNE

EUSINIO LAVIGNE, UM ILHEUSENSE por Carlos Pereira Neto³⁰

O intelectual baiano Walter Silveira e o historiador Nelson Werneck Sodré afirmaram ser Eusínio Lavigne ‘um mestre humanista’. Dotado de grande cultura, ele, em sua existência, sempre lutou para eliminar as injustiças sociais reinantes no mundo e aperfeiçoar o ser humano, não havendo conflitos entre o seu agir e pensar.

Cacaucultor, advogado brilhante - em verdade jurista, político, escritor e jornalista, ele publicou inúmeras obras e artigos em jornais e revistas, publicações essas imprescindíveis para quem queira conhecer a história de Ilhéus, dentre elas, os livros: Cultura e Regionalismo Cacaueiro; Como Nasceu o Instituto de Cacau; Lagoa do Itaípe; Castro Alves, Perene Inspiração; Cooperativas Semi-Estatais, Abastecimento, Problemas de Ilhéus; A Unidade da Lavoura pelo Cooperativismo; Uma Parcela de Minha Contribuição na Defesa do Porto do Malhado; Os Meus 87 Anos e Outros Assuntos; O Fenômeno Tio Juca; A Solução do Café Pelas Cooperativas Semi-Estatais; Os Espíritas e as Questões Sociais; O Instituto Cardecista da Bahia e a Sua Significação; e os de Direito - Ação Demarcatória e Ação Rescisória e Coisa Julgada.

Participou de vários movimentos sociais e político-democráticos, desde a campanha civilista de Ruy Barbosa, Revolução de 1930, movimento de partidários da paz, campanha pelo ‘Petróleo é Nosso’ (que originou a Petrobrás), tendo em todos eles posição de destaque.

Líder da revolução de 1930 em Ilhéus, foi interventor de 1930 a 1934, sendo eleito Prefeito neste último e governando a cidade até 1937, quando foi cassado e preso em

³⁰Carlos Pereira Neto é advogado e atualmente exerce o cargo de Secretário de Administração do Município de Ilhéus.

razão de ter-se tornado adversário da ditadura do Estado Novo. Como prefeito, sem qualquer sombra de dúvidas, foi o melhor governante de Ilhéus em todos os tempos, a ele é devido o atual perfil urbanístico da cidade.

Ilhéus era uma concha encravada entre os morros da Conquista, Vitória e São Sebastião, ou seja, era apenas o atual Centro. Apelidado pelos adversários de ‘Prefeito Tatu’, contratou a empresa Da Rin e Gonçalves para elaborar o ‘Primeiro Plano Diretor da Cidade’ e, baseado nele, com homens usando picaretas e galeotas, aterrou os charco da Ilha das Cobras e do Opaba e abriu diversas Ruas e Avenidas, sendo as principais a Rua da Linha e as Avenidas Bahia, Canavieiras, Belmonte e Itabuna (inclusive o corte abaixo do viaduto); também criou os bairros do Malhado, Bela Visão, Cidade Nova, Avenida Itabuna, Basílio, Carneiro da Rocha e Barra, comprando ou desapropriando fazendas. Foi quem mais construiu e cuidou de estradas no interior, tendo inclusive construído a primeira ponte na estrada Ilhéus-Olivença.

Usando a sua vasta cultura jurídica, fundamentando-se nas ‘Cartas Régias de Doação e Foral da Capitania de Ilhéus’, ajuizou, em 09 de novembro de 1932, Ação Demarcatória reivindicando a propriedade de todos os terrenos da cidade para o município.

Com sensibilidade, arrecadou dinheiro dos banqueiros do ‘jogo do bicho’ e com ele construiu o Abrigo São Vicente de Paula e a Cruzada do Bem pelo Bem, juntamente com o engenheiro Osório de Carvalho, foi o principal fundador do Clube Social de Ilhéus.

Dentre todas as suas obras, pelo seu significado, a principal foi a construção do Ginásio de Ilhéus (IME), o primeiro ginásio do interior da Bahia.

Entre tantos feitos e realizações, Eusínio Gaston Lavigne, foi um dos fundadores do jornal O Diário da Tarde e pioneiro nas lutas para a criação do Instituto de Cacau da Bahia (na década de 30) e do Porto do Malhado, através de discurso proferido no auditório do atualmente Edifício Bancrelar, quando foi fundada a Associação de Defesa do Porto da Região Cacaueira, em 12 de janeiro de 1958.

Outrossim, encomendou ao historiador Silva Campos a mais completa obra sobre Ilhéus, o livro Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus - fonte obrigatória de qualquer livro até agora publicado sobre a história da cidade.

Extraordinário líder espiritualista como o definiu o industrial João Falcão no livro O Partido Comunista que Eu Conheci, onde descreve os seus 20 anos de militância, Eusínio, sem nunca ter sido comunista, concorreu ao Senado, para a constituinte de 1946, juntamente com Luís Carlos Prestes, integrando a chapa daquele partido. Isso por que considerava ser o socialismo um regime necessário na evolução espiritual do homem. Durante muitos anos, além de ter presidido a comissão de sua fundação, Eusínio foi o principal financiador do jornal comunista O Momento - Diário do Povo.

Uma das características do homem humanista é ser universal e, como prova a história da literatura mundial, somente os escritores que carregam a cultura do seu torrão natal conseguem a universalidade.

Ilheusense é a denominação correta de quem é nativo de Ilhéus, segundo defendia Eusínio Lavigne, lastreado em pareceres dos consagrados gramáticos Cândido de Figueiredo e Souza Prado. Cidade dos Ilhéus: o topônimo é derivado das pequenas ilhas localizadas em frente da cidade.

O traço marcante de sua personalidade era o humanitarismo, conseguindo sê-lo, acredito, por amar a sua cidade com uma força infinita, assim como amava os homens.

Eusínio, “um mestre humanista”, porque foi, sobretudo, na essência, um grande ilheusense ou, como poeticamente diz o socialista Napoleão Marques, “Eusínio santo universal, homem de carne e de osso, imagem de aço e de flor, esculpida com o barro de Ilhéus.”

2. O realizador: MÁRIO PESSOA

Na Primeira República, um dos chefes políticos de Ilhéus foi o coronel Antonio Pessoa da Costa e Silva. Era ligado ao grupo de J.J. Seabra e havia sido Intendente de Ilhéus no período de 1900 a 1902, e de 1912 a 1915. Foi também deputado estadual, presidente da Assembléia Constituinte, Senador e presidente do Senado Estadual. Enquanto intendente do município, o coronel Pessoa foi responsável pelas seguintes obras: o cemitério da Vitória, imponente retrato de uma época de esplendor, a Santa Casa da Misericórdia (a terceira do país) e a conclusão da construção dos colégios General Osório, no centro e Barão de Macaúbas, no Pontal, obras iniciadas no governo de João Mangabeira.

Um dos seus filhos, o Dr. Mário Pessoa da Costa e Silva, que nasceu na cidade de Ilhéus em 21 de julho de 1894, seguiu-lhe os passos na política.

Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1920. Defendeu tese de doutoramento e exerceu a medicina em Ilhéus, com a especialização em otorrinolaringologia. Trabalhou no Hospital São José, onde

foi diretor até 1950. Deixou diversos trabalhos científicos, muitos dos quais mereceram reconhecimento na comunidade médica, e participou de diversos congressos no Brasil e no exterior. Foi casado com d. Dejanira Berbert de Castro, teve 3 filhos e surgiu a oportunidade de exercer a profissão em Minas Gerais por força da amizade que unia seu sogro, o coronel Ramiro Ildefonso de Araújo Castro, com o governador daquele estado, Arthur Bernardes. Sua opção foi ficar em Ilhéus.

Ingressou na política em 1923, quando foi eleito, pelo povo, Intendente de Ilhéus para o biênio 1924/1925 e foi re-eleito por mais dois anos. Posteriormente foi nomeado prefeito pelo Interventor Federal, Dr. Landolfo Alves de Almeida, de março de 1938 a junho de 1942. Segundo seu filho, o escritor Mário de Castro Pessoa: “A sua ação administrativa ficou marcada com traços indelévels de trabalhos de grande vulto, destacando-se, entre os principais, além das obras de saneamento e iluminação da cidade e principais distritos, a Av. Beira Mar.”³¹ Ainda segundo Mário, filho, o Estádio de Futebol tomou o seu nome, passou a se chamar Estádio Mário Pessoa, por iniciativa do Independente S. Clube da Liga Ilheense de Desportos Terrestres, tendo sido confirmada pela Câmara de Vereadores. O primeiro estádio construído no Brasil foi o Pacaembu em São Paulo e o segundo foi o Mário Pessoa, de Ilhéus, que era dotado também de pistas olímpicas para todas as modalidades de esportes terrestres.

Construiu também o Mercado Municipal, utilizando-se de um aterro na Baía do Pontal, calçou grande parte da

³¹PESSOA, 1994. p. 20.

cidade a paralelepípedos, urbanizou os jardins e praças, construiu estradas de rodagens, pois o município de Ilhéus tem uma extensão muito grande em função de ter sido capitania hereditária. Na educação também tem uma obra de destaque. No primeiro governo construiu diversas escolas públicas, reformou o Prédio Escolar General Osório e o segundo período culminou com a conclusão da construção e aparelhamento do Ginásio de Ilhéus, motivo deste trabalho.

Convém ainda salientar a magnífica obra da Av. Princesa Isabel, cujo alcance social se expressa pelas mais belas e humanitárias formas de amor e solidariedade humana com que o saudoso Prefeito dava destaque ao seu programa governamental, transformando mangues e terras inóspitas, onde grassava o paludismo e outras doenças, numa zona urbana habitável, na qual ora residem mais de duas mil pessoas.³²

O prefeito Mário Pessoa instituiu na sua administração o prêmio anual de uma residência a uma família pobre da cidade com prole numerosa. Estava sempre preocupado em melhorar as condições de vida da população pobre, e também em embelezar e modernizar a cidade. Faleceu em 1953, aos 59 anos de idade, em Salvador.

Dele disse o Dr. Heitor Dias, o primeiro diretor do Ginásio, num artigo que escreveu para o Diário da Tarde:

Como prefeito da cidade, ainda bem jovem, deixou a marca do administrador, com realizações que lhe marcaram a passagem pelo cargo, dentre as quais a abertura da avenida à beira-mar que tem hoje o nome do Dr. Soares Lopes. E mais adiante Não era administrador de gabinete. Percorria a cidade, aus-

³²PESSOA, 1994. p. 22.

cultava as necessidades do povo, visitava os serviços em execução, acompanhado do seu leal escudeiro - o Madeira - seu motorista oficial.

Ainda em seu artigo, lembra o Dr. Heitor Dias que o prefeito Mário Pessoa sempre prestigiou as atividades do Ginásio e foi um autêntico líder. Foi ele o fundador do Aero-club de Ilhéus, tendo sido seu primeiro presidente.

Fala ainda do espírito de colaboração que sempre existiu entre o Ginásio e a Escola Comercial, cedendo esta, suas instalações durante a guerra quando o Ginásio teve suas instalações requisitadas pelo Exército, e da boa convivência com as freiras ursulinas da Piedade.

3. O arquiteto: LELIO LANDUCCI

Nasceu em Florença, na Itália, no ano de 1892 e fez seus primeiros estudos no curso De Fontenay, em Boulogne-sur-Seine, perto de Paris. Desde cedo se destacou, e obteve Medalha de Prata, Prêmio de Honra e, em concurso de cultura geral aberto a alunos das escolas da França, recebeu, em 1906, a Primeira Menção.

Iniciou, em 1907, o Curso de Artes Plásticas na Academie Julian tendo como professores: J. P. Laurens, de Desenho; Paul Landowski e Henri Bouchard, de Escultura. Em março de 1908, foi admitido na École des Arts Décoratifs e se interessou também pelas Artes Gráficas. No mesmo ano ingressou no atelier de Escultura do Professor Injalbert, na École Nationale des Beaux-Arts, onde seguiu, também, as

aulas especializadas dos Trois-Arts (Arquitetura, Pintura e Escultura). Frequentou, além disso, os cursos da História da Arte na École du Louvre e de Cultura Geral, na Universidade de Paris (Sorbonne). Aceito como aluno particular pelo professor Paul Landowski, trabalhou no atelier do Mestre até a declaração de guerra, em agosto de 1914. Alistando-se como voluntário, foi incorporado ao 1.^{er} Étranger, 4.^{cm} Regiment de Marche; combateu na Marne e nas Argonas. Em 1915, quando a Itália entrou na guerra, transferiu-se para a aviação do seu país e continuou a lutar como piloto, recebendo citações por mérito em combate.

Em 1919, retomou seu lugar no atelier de Landowski, que o admitiu como seu colaborador. Em março de 1923 chegou ao Rio de Janeiro a fim de apresentar, numa concorrência internacional, a maquete do Monumento à República. Permaneceu definitivamente no Brasil onde trabalhou como escultor-arquiteto e técnico em artes gráficas.

Foi nomeado, em 1938, professor catedrático de escultura da Universidade do Distrito Federal. Colaborou, como artista plástico, com o Departamento de Urbanismo, da Secretaria de Obras da Prefeitura do Distrito Federal. Em 1941, entrou para o Instituto Nacional do Livro, onde prestou colaboração especializada como técnico em artes plásticas e gráficas até a sua morte, em 1954. Em 1945 foi credenciado como representante desse Instituto junto ao Departamento de Imprensa Nacional.

Entre as suas inúmeras obras, poderíamos destacar o anteprojeto do Cristo Redentor, no alto do Corcovado. Depois de examinada a situação topográfica, diga-se de passagem bastante acidentada, Lelio Landucci sugeria, “após o estudo de todos os movimentos,” que a melhor

posição e a mais impressionante, seria, certamente aquela que representa Cristo erguendo a sua mão direita e pedindo e dando bênção divina aos homens de boa vontade, que ele acolhe misericordiosamente com a outra mão. Não sabemos por qual motivo não foi esta, sugerida por ele, a posição escolhida, já que a que existe é a do Cristo de braços abertos, acolhendo todos aqueles que chegam aos arredores da Baía de Guanabara. O Cristo Redentor da cidade do Rio de Janeiro é um dos símbolos do Brasil.

Segundo o jornal Última Hora, foi Lélío Landucci quem estipulou em seu anteprojeto a altura do monumento em 48 metros. Na base, teria um subterrâneo onde seria construída uma igreja com duas entradas. O anteprojeto foi elaborado em dezembro de 1923. A obra que custaria algumas centenas de milhares de contos de réis certamente teria uma grande repercussão mundial, por isso, o arquiteto convidou o escultor Paul Landowski para colaborar na parte decorativa.

O plano e o nome indicado pelo arquiteto italiano foram aceitos pelo prefeito carioca, que, então, enviou o projeto para Landowski em Paris, em princípios de 1924. O escultor preparou partes do que seria o Cristo Redentor, remetendo-os em pequenos pedaços, que foram armados no Brasil, sob a supervisão de Landucci.

Por ocasião da sua morte algumas pessoas disseram dele o seguinte:

Ninguém que amasse tanto as coisas brasileiras como esse discreto e sutil fiorentino; ninguém com tão vivo espírito de camaradagem e o sentido de cooperação desinteressada em tudo que se relacionasse com os nossos problemas estéticos e culturais. A grande modestia de Landucci só não foi maior que o seu valor.

E foi preciso que ele desaparecesse para que sua obra aparecesse. (Aníbal Machado).

Caminhou pela vida com as mãos vazias ou palmeando apenas uma riqueza que só o espírito sabe transformar em valor perdurável. Dessa riqueza deixou Landucci algumas fixações enérgicas e belas, de que a exposição em honra do artista dará um testemunho indelével. (Eugênio Gomes - dezembro de 1955).

Associo-me às homenagens aqui prestadas ao pranteado artista e amigo Lélío Landucci. Conheci-o antes de eu embarcar para a Europa em 1928, mas somente na volta tive ocasião de me tornar seu amigo. Ele foi, no meio artístico e literário do Rio o elemento de equilíbrio. Sempre de boa vontade, estimulando uns, criticando outros, suas opiniões foram sempre bem recebidas por todos. Seu desaparecimento deixou em nosso meio um claro difícil de ser preenchido. (Cândido Portinari - dezembro de 1955).

Poucos encontrei como ele, que tivessem tão vivo o desejo de contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento real das nossas artes plásticas e por conseguinte para a solução dos problemas dos artistas. Landucci foi um lutador, Landucci foi um homem bom. Foi profundamente honesto na sua posição de artista e de crítico. Fiel à sua natureza generosa de artista, só se preocupou em criar para os outros, esquecendo-se de si mesmo. (Iberê Camargo - Diário de Notícias - 10/10/54).

Escultor e arquiteto, Landucci deixou inúmeras obras feitas, a grande maioria na cidade do Rio de Janeiro. Podemos citar como principais, além do já citado trabalho do Cristo Redentor, vários mausoléus em granito e bronze, outros em mármore e bronze, a pia da sacristia da Igreja da Candelária, no Rio, o Hall do Palácio Itamarati, em mármore, também

no Rio. Seus principais trabalhos em arquitetura são: o Ginásio de Ilhéus, que acompanhava o projeto de um centro de educação moderna, projeto do Ginásio Modelo em Pará de Minas e a Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Possui, além disso, diversas obras como escritor, outras como tradutor e enquanto estava sob sua responsabilidade o Departamento de Imprensa Nacional, foram executados, sob sua orientação mais de cento e cinquenta volumes.

Esta é uma parte do currículo e da vida do arquiteto que o prefeito Eusínio Lavigne foi buscar para projetar nosso primeiro estabelecimento de ensino ginásial.

4. O primeiro diretor: HEITOR DIAS³³

Heitor Dias Pereira é o quarto filho de Sebastião Dias Pereira e Alzira de Lima Dias Pereira. Teve 15 irmãos e nasceu no dia 28 de maio de 1910, em Oliveira dos Campinhos, distrito do município de Santo Amaro da Purificação, na época áurea da cana-de-açúcar.

Cursou o primário em Santo Amaro na escola da professora Cora. Recebeu influência direta dos pais e do ambiente que freqüentava, entrando para o seminário em torno dos oito ou nove anos de idade, pois àquela época toda família se empenhava em ter um filho padre. Heitor Dias nunca foi muito entusiasmado com a carreira que escolheram para ele e teve a coragem de abandonar a batina depois de quase cinco anos de carreira sacerdotal.

³³ Depoimento dado pelo seu irmão Pedro Dias Pereira em 27.09.99.

É importante ressaltar que sua passagem pelo Seminário foi muito proveitosa, pois aprendeu Latim, Português, Filosofia e outros conhecimentos que o levariam, mais tarde, a se tornar um renomado professor de Português. Quando deixou a batina optou pela carreira de advogado, tendo cursado o “Preparatório” (curso paralelo ao ginásio) no famoso Ginásio da Bahia, cognominado àquela época de “Ninho das Águias”. O Preparatório conferia o certificado de Bacharel em Ciências e Letras. Depois de concluir este curso, Heitor Dias prestou vestibular para o Curso de Direito, tendo se formado em 1935.

Durante todo tempo em que estudou, o fez trabalhando, para não onerar seus pais, que possuíam uma vida modesta e não conseguiriam sustentar por tanto tempo toda aquela prole.

Após a formatura prestou concurso para a Caixa Econômica Federal, obtendo o segundo lugar na classificação geral, o que lhe abriu um novo horizonte. Foi então nomeado gerente da agência de Ilhéus, na época vivendo uma fase áurea no cultivo do cacau, sendo a mais importante cidade do interior da Bahia. Heitor Dias aqui se fixou e soube amar esta cidade como um de seus melhores filhos. Era um jovem de 23 anos de idade a esta altura. Segundo relato de seu irmão Pedro “freqüentava sempre as melhores rodas e ambientes, capitalizando um conceito afirmativo e, porque solteiro e bem dotado, foi cogitado para genro de alguns fazendeiros da região”. Mas nada foi mais forte do que o compromisso que firmara em Salvador antes de vir para Ilhéus, quando ainda era estudante e se apaixonara por D. Maria Bernadete de Almeida, com quem se casou e foi feliz enquanto ela viveu, chegando a completar Bodas de Ouro.

Não tiveram filhos, adotaram a menina Maria Lídia Oliveira e chegaram a criar oito crianças. Sua casa era um local onde se encontrava os melhores sentimentos cristãos.

Heitor Dias se aproximou dos políticos da época e foi um dos que influenciou o prefeito Eusínio Lavigne a conceber a idéia do Ginásio Municipal, pois não se conformava que uma cidade com o poderio econômico de Ilhéus, não possuísse um ginásio público, forçando seus rapazes a irem para Salvador se quisessem continuar os estudos.

Como houvesse participado da idealização do educandário e como fosse excelente professor de Português, foi convidado pelo prefeito Mário Pessoa para ser seu primeiro diretor, como já citamos anteriormente. Nada mais justo. O jovem diretor impôs como condição para aceitar a ocupação do cargo, “carta branca” na sua administração, sem intromissão política. Este depoimento vai ao encontro daquele dado pelo primeiro secretário Walter Mônaco.

Seu horizonte estava, porém, mais adiante e o jovem diretor que conquistava a todos com sua competência, tinha vôos mais altos. Pediu exoneração da Caixa Econômica Federal e ingressou no partido da União Democrática Nacional (UDN), ao lado de Otávio Mangabeira, Virgílio de Melo Franco, Prado Kelly e muitos outros. No final do Estado Novo e da Ditadura, Vargas candidatou-se a Deputado Estadual tendo como base a cidade de Ilhéus e seus distritos. Como já se tornou tradição na região, ele foi muito votado na cidade, mas alguns distritos falharam e ele não se elegeu. Com a eleição de Otávio Mangabeira para o governo do Estado, Heitor Dias foi convidado para assumir a direção da Imprensa Oficial do Estado. E assim se iniciava a vida pública deste grande político baiano.

Na Imprensa Oficial remodelou todo o maquinário, trocando as máquinas antigas por outras bem mais modernas, mostrando-se um grande administrador. Já havia alcançado popularidade, tendo sido eleito vereador na capital, com uma votação nunca antes alcançada.

Como vereador não deixava de visitar os bairros da cidade, mesmo os mais distantes, procurando conhecer os seus problemas, o que foi fundamental para a sua eleição como prefeito da cidade de Salvador. “Com uma administração essencialmente honrada e profícua, tornou-se o político baiano de maior prestígio popular, fato que causou muito ciúme aos que não lhe eram simpáticos.”³⁴

No final do seu mandato como prefeito, em 1963, conseguiu eleger o seu sucessor para a Prefeitura da Capital, o engenheiro Virgildásio Sena, que foi cassado pelo golpe militar de 64. Nesta mesma eleição foi eleito com espetacular votação para Deputado Federal e reeleito por mais quatro anos. Ao fim dos oito anos como Deputado Federal, elegeu-se por oito anos como Senador da República. Neste período seu prestígio político declinou e não pode realizar seu maior sonho, que era de governar o estado que tanto amava.

No governo de Lomanto Júnior ocupou o cargo de Secretário do Governo e no governo de Luis Viana foi Secretário de Justiça. Não mais se elegendo na carreira política, foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, onde se aposentou. Neste ano de 1999 completou 89 anos de idade, mas sua saúde é bem precária.

³⁴ Depoimento dado pelo seu irmão Pedro Dias Pereira em 27.09.99.

Heitor Dias tinha orgulho da cidade que tão bem o acolhera, conforme citamos anteriormente, e a cidade jamais se esquecerá deste grande homem que se tornou 'ilheense', apesar de não ter nascido aqui.

Escreveu 2 livros: Lições de Rui e Memórias do Papel.

CONCLUSÃO

No dia 15 de março de 1999, o Instituto Municipal de Ensino Eusínio Lavigne completou 60 anos de existência, todos eles dedicados à educação da população desta cidade de Ilhéus. Oferecendo uma educação sempre gratuita, muitos foram os que se beneficiaram da sua existência, pobres e ricos.

Hoje, suas instalações foram ampliadas, foram construídos dois outros pavilhões, formando um grande complexo. O primeiro bloco recebeu o nome de Perpétua Marques, em homenagem a uma professora municipal morta tragicamente em um acidente automobilístico, quando retornava da escola onde lecionava, no Banco da Vitória, e o outro recebeu o nome de Heitor Dias, seu primeiro diretor.

Os três blocos juntos fazem um enorme conjunto que abriga, nos três turnos, mais de três mil alunos. Este ano é o último em que o Instituto estará formando professores do Curso de Magistério, como também sai a última turma do científico. Como já falei antes, por força de lei, o município se encarregará somente do ensino de primeiro grau. Mas não importa qual o tipo de clientela que terá o Instituto, ou que cursos oferecerá, o mais importante de tudo é o orgulho que podemos sentir, nós, professores, e cidadãos ilheenses, por todo o serviço que ele já prestou à comunidade no seu passado e por tudo que estará fazendo nos próximos anos para ajudar a alavancar o progresso desta terra e para dar dignidade às pessoas que, ao longos dos anos, têm passado pelas suas salas.

Se a nação brasileira carece de dar mais atenção à educação, principalmente aquela oferecida aos mais carentes, podemos afirmar, sem nenhum medo de errar, que o ensino oferecido aos alunos do IME é da melhor qualidade.

BIBLIOGRAFIA

1. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. Ed. Moderna, São Paulo, 1993
2. AZEVEDO, Fernando. *A cultura Brasileira*. UnB, Brasília, 1993.
3. BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. *Notícia Histórica de Ilhéus*. Colorgraf, Itabuna, 1994
4. BURKE, Peter. *A Escrita da História*. Ed. Unesp, São Paulo, 1991.
5. CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. MEC, Rio de Janeiro. 1981.
6. FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*; Ed. Nacional, São Paulo, 1936.
7. _____. *Casa Grande e Senzala*. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1987.
8. GHIRALDELLI Jr, Paulo. *História da Educação*. Cortez Editora, São Paulo, 1994.
9. PESSOA, Mário de Castro. *No Tempo de Mário Pessoa*. Empresa Gráfica da Bahia, Salvador, 1994.
10. PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1976.
11. _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1994.
12. O DIÁRIO DA TARDE. Edições de 1º de janeiro a 15 de março de 1939.

ANEXOS

ATA DA SESSÃO SOLENE DE INAUGURAÇÃO DOS CURSOS DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ILHÉUS

Aos 15 (quinze) dias do mês de março do ano de mil novecentos e trinta e nove (1939), realizou-se a sessão de inauguração do curso no Ginásio Municipal, estando presentes as autoridades locais, S. E^{cia} o Bispo de Ilhéus, e o representante da Magistratura, sob a presidência do Sr. Prefeito, Dr. Mário Pessôa da Costa e Silva, que, dirigindo-se aos presentes, disse da finalidade, e necessidade que Ilhéus tinha para a fundação deste Estabelecimento, e mais ainda diz, ficar alheio a tudo, querendo boa ordem; continuando, convida o Sr. Dr. Juiz de Direito para descobrir a bandeira que envolvia o retrato do Sr. Dr. Getúlio

Vargas, benemérito Presidente da República, o que foi efetuado sob prolongada salva de palmas, acompanhada pela Filarmônica. Continuando, o presidente da sessão manda o secretário ler os atos e portarias das nomeações do Diretor do Ginásio, do Secretário e dos professores.

Ficando por conseguinte, nomeados os dirigentes e o professorado do Ginásio Municipal de Ilhéus. Depois, o presidente franqueia a palavra, que foi tomada pelo Dr. Heitor Dias, que em vibrante discurso, fala sobre a instrução, sobre a educação, sobre a civilização, mostrando o papel do professor na educação das crianças, e a preocupação dos professores no sentido de bem ensinar; dizendo mais ainda que sobre o trabalho do professor, na formação dos educandos, e preparação dos alunos para a vida prática, tendo ainda palavras de elogio ao Sr. Prefeito, e dirigindo-se aos alunos, pede para compreenderem os seus deveres; terminando o seu eloqüente discurso,

sendo bastante ovacionado; o sr. Presidente diz que continua a palavra franqueada; pede a palavra o Sr. Otávio Moura, representante da Imprensa local, que dirige-se aos presentes, proferindo brilhante oração, tendo palavras de elogios para com o ex-prefeito, Dr. Eusínio Lavigne, que na sua gestão começou a bater a primeira pedra para a fundação do ginásio; depois elogia o Dr. Mário Pessoa, atual prefeito, como continuador da grande obra que é o Ginásio Municipal; finalizando, congratula-se com a juventude estudiosa de Ilhéus, sendo bastante aplaudido. Continuando franqueada a palavra, o Sr. Bispo da Diocese de Ilhéus, invocando o Espírito Santo, abençoa o Ginásio de Ilhéus, com palavras brilhantes, e pede a Deus que sempre esteja com todos, no desenvolvimento; finalizando foi bastante ovacionado. Franqueada a palavra, o padre Euclides Santos pede a palavra, mostrando o papel do sacerdote na instrução, e, terminando, pede para que todos de pé, ouçam o Hino Nacional, o que foi feito, executado pela Filarmônica local. Não havendo mais ninguém a falar, o Sr. Prefeito, então dirige algumas palavras, agradecendo aos presentes a comparência, nessa sessão e pedindo para que o povo de Ilhéus, ajude-o, para terminar, ou melhor, para sua melhor administração, encerrando a sessão, com salva de palmas, sendo muito cumprimentado, por todos os presentes. Seguindo-se as assinaturas. Começa com a do prefeito, dr. Mário Pessoa da Costa e Silva e encerrando com a do secretário, Jayme Fagundes dos Santos.

DIRETORES DO INSTITUTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Heitor Dias
Arlindo Fraga Leite
Cônego Mário Fernandes
Leopoldo de Campos Monteiro
Washington Landulfo
Osvaldo Ramos
Pedro Ferreira Lima
Horizontalina Conceição
Wilson Trindade
Dorival de Freitas
Leonor Otero
Bartolomeu Mônaco
Antônio Olímpio Rhem da Silva
Raimundo Manuel Santana Ferreira
Antenor Browne
Lourença Haje Fialho
Maria Célia Lemos
Célia Penteado
Hildete Penalva da Silva
Antonieta Yara de Aquino Xavier
José Vital Dourado

ENTREVISTAS

1. Prof. Leopoldo de Campos Monteiro - 29.06.98
2. D. Lourdes e Walter Mônaco Conceição - 10.08.98
3. Prof. Carlos Roberto Arléo Barbosa - 12.08.98
4. Prof. Eliana Oliveira de Sabóia Ribeiro - 09.10.98
5. Dr. José Léo Lavigne - 23.11.98
6. Raimundo Sá Barreto - 08.02.99



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHEUS

EXERCÍCIO DE 1940

TAXA DE SERVIÇOS

N. 22190

Recebe do Sr.

a quantia de

presentada do Deputado

nome

recolhimento a

1 de 1940
11 de 1940

Recolheu em Ilheus

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHEUS

de 1940

Recebe do Sr. *Antônio de Souza*



EXERCÍCIO DE 1944

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHEUS

N. 0724

a quantia de

representada

nome

recolhimento a

TAXAS PARA FINS EDUCATIVOS

Recolheu em Ilheus

de 1944

EXERCÍCIO DE 1942
 ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

NUM. 117
 220 CR

Supl. 2
 2

5/12/42

511 * *Ilhéus, Bahia*

O Sr. *Jose do Carmo Costa*

O QUANTO *Quarenta mil reis*

RECEITA PARA TAREFAS DE EXECUTIVOS. 117
 De *Resolução de matrícula*
 referente a *117* *serv. de cartas municipais*
 em 2/12/42 *de 100*

Dr. Mario Pessoa

DR. MARIO PESSOA

Atento para o atendimento
 aos interessados. Atenciosamente,
 Dr. Mario Pessoa, Prefeito Municipal de Ilhéus, Bahia.
 117

Atenciosamente,
 Dr. Mario Pessoa, Prefeito Municipal de Ilhéus, Bahia.
 117

Atenciosamente,
 Dr. Mario Pessoa, Prefeito Municipal de Ilhéus, Bahia.
 117

Atenciosamente,
 Dr. Mario Pessoa, Prefeito Municipal de Ilhéus, Bahia.
 117

Atenciosamente,
 Dr. Mario Pessoa, Prefeito Municipal de Ilhéus, Bahia.
 117

Voltando a consulta queria trazer esta receita

Ata da Direção do Ginásio Municipal de Belém

Ata da Direção do Ginásio tendo sido aprovadas e lidas as matérias dos exames de exames, conforme os documentos anexos, para a 1.ª. de agosto de 1904, de acordo com o que se encontra no primeiro parágrafo de cada uma das atas fundamentais do estabelecimento.

Examinados
e aprovados



Comuna de San Antonio por Gremio Municipal de
Uchire

Eniela Litigosa de Freitas, Ucha de
Justicia Litigosa de Freitas e Justica Ucha
Ucha de Freitas, nascida em Uchire Estado
de Bolivar em 12 de Abril de 1928 residente
em p. rua. por Maritima no Postal no 833
justicada e procurada exigida pela Lei de
do Regime Regime de Ucha Ucha Uchire
por ordem de administracao de Freitas.

Ucha Freitas

A. A. Freitas

Uchire, 15 de Setembro de 1948.

Eniela Litigosa de Freitas

Como 2^o diretor do ginásio
Municipal de Alheis

Como dada
Dadas - 21 - 1942

Emitido

Guimardo Pacheco da Barreto, filho
de João Manoel da Barreto e Maria
Amélia Pacheco da Barreto, natural
de Alheis Estado da Bahia, nas
em 21 de Fevereiro de 1942, reside
na nesta cidade a Av. Bahia 46,
à vista dos documentos incluídos
requer a sua matrícula na
1^o série do curso juramentado
tal série estabelecimento, de acor-
do com a legislação vigente

Nestes termos

Fago deferimento

Alheis, 18 de Março de 1942

Pacheco da Barreto



Exco Sr. Dr. Director do Serviço Municipal de Saúde,

João Maria Costa, pai do aluno José Augusto Costa
Costa, declara que se responsabiliza por qualquer
prejuízo ou dano causado pelo aluno nos serviços ou
matérias desde a matriculação.

João Maria Costa

R. Afonso Costa

Hei 10/10/1964
João Maria Costa



94/2

Responsável próprio e termo e firma João Maria Costa

à 10/10/64

Estado de Paraná de 10/10/64

Em 10/10/64 de verdade

João Maria Costa
de Paraná de 10/10/64



Exmo Sr. Sr. Director de o Gabinete de o Alameda.

Compto B622

Oficinas de o

João Moura Costa, filho legítimo de João Moura Costa e
D. Maria Lourenço Moura Costa, natural de o, nascido
em o de o de o de Junho de 1920, Presidente do Conselho Municipal
de o, nº 166, desta Cidade, e visto que documentos indicam
que pede a sua inscrição na primeira série do Curso Univer-
sitário de o sob o nome de o vigente.

Excmo Sr. Sr.
Referencia.



7 de o

1942
João Lourenço Moura Costa



MINISTERIO DA EDUCACAO E SAUDE PUBLICA
GINASIO MUNICIPAL DE ILHEUS

CERTIFICACAO DE EXAMES DA 1ª SÉRIE N.º 11

CERTIFICAMOS que o(a) aluno(a) ELIZABETH do(a) sexo F matriculado(a) no(a) curso de 1ª SÉRIE do(a) Ginásio Municipal de Ilhéus, em virtude de 10,00 de aproveitamento em 10 exames da primeira série, no ano letivo de 1953, com os seguintes resultados:

Português	50	Matemática	15
Latim	50	Física	50
História da Civilização	95	Química	15
Geografia	40	Medicina Natural	15
Ensino de Inglês	50	Desenho	50

Média geral dos exames e séries 45,00

Ilhéus, 9 de Junho de 1953

O Diretor

Marcelo Magalhães

O Diretor

Osvaldo Ramos

Modelo 103

Regulamento do Ginásio Municipal de Ilhéus, em virtude do Decreto Lei 11.111, de 27-11-52

MINISTERIO DA EDUCACAO E SAUDE

GIASIO MUNICIPAL DE ILHEUS

CERTIFICADO DE EXAME DE ADMISSAO

N. 48

CERTIFICO que *Francisco Augusto de Almeida*
 filho de *Luiz Carlos de Almeida*
 natural de *Ilheus, Estado da Bahia*
 nasceu em *7 de Junho de 1916*
 apresenta em exame de admissao em *6 de Janeiro* de *1939*
 com o seguinte resultado:

Portuguez: *80*; Historia: *80*; Geografia: *85*

Aritmetica: *80*; Algebr: *70*; Fisica: *65*

Designação: *Curso Superior*

Matricula do Exame: *100.000/15*

Ciencias Naturais: *12000/10*

Media geral: *75,00* (85)

Assin. de *[Assinatura]* de *1939*

O Inspector

[Assinatura]


Ilheus

[Assinatura]



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 Município de Curitiba e Parana

COLÉGIO MUNICIPAL EUSÍNIO LAVIGNE
 ILICUUS - BARRA

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO GINASIAL

Referenciamos que **TERESA PEREIRA DE SALES**
 filha de **ANTONIO PEREIRA DE SALES** e de **JOSEFA JULIANA SALES DE FREITAS**,
 nacional de **Itaboraí - Angola**, matriculada em 30 de Abril de 1925
 em vista de resultados das provas prestadas no 4.º ano letivo de 1926 no quarto ano do Curso Ginásial
 estabelecido no Instituto de Educação Municipal de Curitiba, tendo sido aprovada, com aproveitamento, em 22 de Abril de 1926
 sob o nº 242 e 243 de matrículas de 1926

Curitiba, 27 de Setembro de 1926

Dir. Municipal de Curitiba, **ROBERTO DE MOURA**
 Assessor, **ROBERTO DE MOURA**

Ginásio Municipal de Ilhéus

ILHÉUS - BAHIA

Nome do aluno **Maria Diniz da Silva**

CARACTERÍSTICAS

Data de nascimento **2 Setembro 1924**

Lugar **Ilhéus** Estado **Bahia**

Nome do pai **Alcides de Sá Junior**

Nome da mãe **Luígia Diniz de Sá**

Assinatura **Aprieta L. de Jesus**

EXAME DE ADMISSÃO

Nota total do exame de admissão **1939**

Port. Esc. **85** Matem. **70** Esc. **75**
 Alf. Esc. **95** Hist. **60** Port. **85**
 F. de Esc. **70** Geogr. **70**
 Cálculo P. **70** M. Esc. **80**
 Certificado expedido por
 Ins.
 Diretor

1ª SÉRIE

Ano letivo de 1939

DISCIPLINA	NOTAS										MÉDIA	SITUAÇÃO	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10			
Português	85	85	85	85	85	85	85	85	85	85	85	85	satisfatória
Francês	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	
Matemática	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	
Geografia	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	
História	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	
Algebra	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	
Calculo	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	
Desenho	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	60

Certificado expedido por

(Nome do estabelecimento)

Assinatura

Diretor

2ª SÉRIE

Ano letivo de 1940

DISCIPLINA	NOTAS										MÉDIA	SITUAÇÃO	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10			
Português	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	satisfatória
Francês	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	
Matemática	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	
Geografia	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	
História	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	
Algebra	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	
Calculo	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	
Desenho	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80

Certificado expedido por

(Nome do estabelecimento)

Assinatura

Diretor

2078 - Coll. Coll. Dire. em Ilhéus em março de 1940. Folhas 22 e 23.

Nota média Matemática (70)

Nota média Matemática (80)

3ª SÉRIE

Ano letivo de 19

DISCIPLINA	Mês de Maio										Total	Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
Português	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	800	80
Francês	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	700	70
Inglês	72	72	72	72	72	72	72	72	72	72	720	72
Matemática	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	700	70
Geografia	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	700	70
História	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	700	70
Ciências	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	700	70
E. Social	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	700	70
Desenho	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	700	70
<p>Condição especial por</p>											<p>selecção (86)</p>	<p>69</p>

Média final (86)

4ª SÉRIE

Ano letivo de 19

DISCIPLINA	Mês de Maio										Total	Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
Português	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	100	10
Francês	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	100	10
Inglês	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	100	10
Matemática	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	100	10
Geografia	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	100	10
História	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	100	10
Ciências	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	100	10
E. Social	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	100	10
Desenho	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	100	10
<p>Condição especial por</p>											<p>010 (8)</p>	<p>6</p>

Média final (8)

5ª SÉRIE

Ano letivo de 19

DISCIPLINA	Mês de Maio										Total	Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
Português												
Francês												
Inglês												
Matemática												
Geografia												
História												
Ciências												
E. Social												
Desenho												
<p>Condição especial por</p>												

Média final

CURSO DE FORMAÇÃO
DE PROFESSORES PARA
O ENSINO NORMAL
1972



Teresa Costa, Tereza Salma E. de Almeida
organizadoras

EDITORA GRUPO EDITORIAL
LTC S/A - Rua do Rio Comprido, 273 - 2º andar
Novo Rio de Janeiro - RJ - CEP 22270-000

COMISSÃO EDITORIAL
Dora de Aguiar, Maria Helena

SECRETARIA
Liliane de Sá, Maria Helena de Aguiar

COORDENADOR
Liliane de Sá, Maria Helena de Aguiar
PROFESSOR DE LINGUÍSTICA
Sérgio Paulo de Almeida

REVISÃO GERAL
Liliane de Sá, Maria Helena de Aguiar
Liliane de Sá, Maria Helena de Aguiar

REVISÃO DE GRAMÁTICA
Liliane de Sá, Maria Helena de Aguiar

CONTENÚDOS

1. O QUE É LINGUÍSTICA / Maria Helena de Aguiar
2. O QUE É GRAMÁTICA / Maria Helena de Aguiar
3. O QUE É FONÉTICA / Maria Helena de Aguiar
4. O QUE É FONOLOGIA / Maria Helena de Aguiar
5. O QUE É MORFOLOGIA / Maria Helena de Aguiar
6. O QUE É SINTAXIS / Maria Helena de Aguiar
7. O QUE É SEMÂNTICA / Maria Helena de Aguiar
8. O QUE É PRAGMÁTICA / Maria Helena de Aguiar
9. O QUE É LINGUÍSTICA APLICADA / Maria Helena de Aguiar
10. O QUE É LINGUÍSTICA EXPERIMENTAL / Maria Helena de Aguiar
11. O QUE É LINGUÍSTICA TEÓRICA / Maria Helena de Aguiar
12. O QUE É LINGUÍSTICA DESCRITIVA / Maria Helena de Aguiar
13. O QUE É LINGUÍSTICA DESCRITIVA / Maria Helena de Aguiar
14. O QUE É LINGUÍSTICA DESCRITIVA / Maria Helena de Aguiar
15. O QUE É LINGUÍSTICA DESCRITIVA / Maria Helena de Aguiar
16. O QUE É LINGUÍSTICA DESCRITIVA / Maria Helena de Aguiar
17. O QUE É LINGUÍSTICA DESCRITIVA / Maria Helena de Aguiar
18. O QUE É LINGUÍSTICA DESCRITIVA / Maria Helena de Aguiar
19. O QUE É LINGUÍSTICA DESCRITIVA / Maria Helena de Aguiar
20. O QUE É LINGUÍSTICA DESCRITIVA / Maria Helena de Aguiar

Desenvolvido por

EDITORA GRUPO EDITORIAL
LTC S/A

EDITORA GRUPO EDITORIAL
LTC S/A

— F. 42 — CURSO DE MANUTENÇÃO DE
PROFESSORES PARA O ENSINO NORMAL
completo - V. Escrita e Língua Portuguesa para os alunos
da 1ª série do Ensino Fundamental

— ... o tempo é bom, o tempo não se volta para o tempo
que já foi, mas pelo que se fez. Não se
volta para o tempo que se fez, mas pelo que não
deixou ao tempo, o tempo se volta para o que
não se fez.

Orlando Azeiteiro



Dra. Odília Teixeira Lavigne e Dr. Euzínio Lavigne



Lélío Landucci (1932) por Cândido Portinari



IME - vista area



Da esquerda para a direita

Josilda Souza
Maria de Lourdes Pires Maciel
Maria Augusta Diógenes Pessoa (já falecida)
Ivonilde Almeida
Prof. Osvaldo Ramos
Valdelice Soares Pinheiro
Denise Costa de Oliveira
Maria Lucia Magalhães Santos

Sendadas

Eliane Saboia Ribeiro
Neidir Santos
Conchita Mascarenhas



Em pé: Wilson Badaró, Clóris Coelho, Malva Badaró, Luciola, Rosalvo Guimarães, Cid Badaró.

Em baixo: Desconhecido, Benjamin Solter, Raimundo Sá Barreto, Carlos Alberto Soub.

3ª série ginásial - 1940

